

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

ROBSON LIMA DOS SANTOS

**RESGATES:
DE PINDORAMA À DEMOCRACIA RACIAL
POR UMA SOCIEDADE MAIS CONTRA-HEGEMÔNICA**

SÃO PAULO
2023

ROBSON LIMA DOS SANTOS

RESGATES
DE PINDORAMA À DEMOCRACIA RACIAL
POR UMA SOCIEDADE MAIS CONTRA-HEGEMÔNICA

Monografia de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Pompeu

SÃO PAULO

2023

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Santos, Robson Lima dos

Resgates: de pindorama à democracia racial por uma sociedade mais contra-hegemônica / Robson Lima dos Santos; orientador, Bruno Pompeu. - São Paulo, 2023.
99 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Escravidão. 2. Cultura. 3. Publicidade. 4. Minorias. 5. Produção Cultural. I. Pompeu, Bruno. II. Título.

659.1

CDD 21.ed. -

ROBSON LIMA DOS SANTOS

Resgates: de pindorama à democracia racial por uma sociedade mais
contra-hegemônica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharelado em
Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda.

Aprovado em: 11/12/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Finalmente, um texto livre. É muito cansativo fazer um TCC, tudo com um único objetivo: criar essa página. Fazendo essa página sem saber se realmente está muito bom o que produzi, mas esperando que esteja. Na real, eu sei que está muito bom, mas vamos evitar a soberba que por vezes me cega, mas principalmente porque esta página não é sobre mim. Na verdade, é sobre mim, visto que sou a soma das pessoas que estão à minha volta, mas isso é papo para outras conversas.

Este TCC nasce de alguns contextos importantes a serem citados neste agradecimento. Então, assim como ele, vou dividir em blocos.

Neste bloco, os agradecimentos vão para os educadores da minha vida, a todos os professores que me aturaram em sala de aula. Sei que não fui tão bom quanto poderia ser para vocês, mas como cobrar de alguém tão inexperiente, não é mesmo? Aqui vou fazer um a parte aos educadores da Escola de Comunicação e Artes da USP. Foi muito bom aprender ao lado de vocês, com destaque para Bruno Pompeu, orientador deste trabalho, e Clotilde Perez, que espero que esteja na banca. Obrigado por proporcionar liberdade à minha mente, às vezes caótica, mas também obrigado pelos limites que às vezes deviam ser respeitados para uma melhor formação como publicitário. Com certeza, não seria nem metade do publicitário sem o ensinamento de vocês.

O segundo bloco vai para os amigos de faculdade, aqui dividido em duas partes

Os de turma de Publicidade: Bruno, Carol, Felpinho, Fernanda, Gabriel, João Pedro, Kate, Leo, Mari Mente, Madriano, Mayanai, Paulo (ou Gabriel, como o chato gosta de ser chamado) e Wil. Toda a faculdade seria muito mais difícil sem vocês, de verdade. Muito bom dividir os ensinamentos dos professores, mas principalmente a vida.

O segundo bloco, da Zona Sul: aos Cansados, Ana, Heloisa, e aos citados anteriormente, Felpinho. Paulo/Gabriel, às voltas para casa sempre foram ponto de destaque na faculdade, tornando até a laborosa atividade de cruzar a cidade voltando da tão isolada USP algo divertido e leve.

Adendo na parte dos amigos ao Grande Vini, amigo de Paulo/Gabriel, com o qual os domingos foram mais saudáveis com nosso basquete.

O terceiro bloco vai para a família:

Aqui incluo Carolina, minha namorada - te amo, amor - obrigado pelo apoio incondicional, e por me ensinar a amar.

Meu pai e minha mãe, senhor Renilton e senhora Helenice, força motriz inicial para eu estar aqui. Desde jovem, a educação foi algo vital que queriam que eu tivesse. Resultado: noites a fio fazendo um TCC para me formar em Publicidade - isso por enquanto, o futuro é brilhante no horizonte. Obrigado por serem a base de tudo, obrigado por me ensinarem ainda hoje a ser alguém melhor em todos os aspectos.

Aos meus irmãos Anderson e Larissa, não me canso de dizer que são o melhor que há em nossa família e falo com segurança. É bom demais dividir a vida com vocês e me dá orgulho ser irmão de vocês e das pessoas que vocês estão se tornando.

Por último, a dedicatória deste trabalho vai aos meus ancestrais, obrigados a cruzar o oceano Atlântico para perder suas raízes e sua alma. Obrigados a recuperar essa alma através do viés de outra fé. Todo esse processo violento deixou feridas profundas que não são corporais. Vieram com a alma introjetada com essa nova religião, pela violência, física e cultural, mas será curada com o oposto da violência que nos foi imposta. Será da melhor forma. Resgataremos quem somos e não há quem possa impedir esse RESGATE.

Uma porção de dedo pra nós, ó
Medo pra nós, ó, arma pra nós, ó
Até se tá com nós, tá apontada pra nós, ó
Cá entre nós, ó
Como é que desata esses nós?
Mais um virou presunto pelo quebra nós, ó
Gata, eu pensei demais em nós, ó
Praia pra nós, ó, casa pra nós, ó
Mas nós vai virar assunto lá pros nosso, ó

Neguin mudou de vida e esqueceu de nós
Vamo morrer junto na merda e gritando: É nós, ó
Outro dia acordei herói, dormi inimigo
Mais que a buceta das Kardashian, eu sou perseguido
Falam de reinserção, mas agem igual polícia
Nem me olham no olho, novão olha pro próprio umbigo
E eu só queria um colo, hein?
Poder provar do pólen, não confiar em político
Não mais ser refém desse sequestro que vem
De 1500 pra frente, quem hoje fala axé
Nos obrigou a falar amém

Nós, Djonga

RESUMO

Qual a relevância de termos pessoas negras em posições de tomada de decisão na publicidade? Para responder a essa pergunta, precisamos entender a origem e o estado atual dessa parcela da população. Com Boris Fausto (2006), Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), entre outros, exploramos a História do Brasil, onde temos uma visão muitas vezes invisibilizada, até mesmo nos livros didáticos. Essa invisibilidade tem uma razão significativa: a opressão sistêmica gerada pela relação de hegemonia versus minoria, conforme apresentado por Muniz Sodré (2009) e Granja Coutinho (2009), que não se origina no Brasil, mas que tem um capítulo ímpar em terras tupiniquins, dando origem a um tipo de racismo à brasileira, conforme apresentado por Silvio de Almeida (2019) e pelo próprio Granja Coutinho (2009), que reverbera sobre a produção cultural brasileira.

Nessa sociedade, a lógica da produção cultural desenvolvida por Santaella (2019) reflete a relação de briga de poderes, onde a hegemonia controla a cultura. Assim, suas produções culturais carregam o mesmo racismo que permeia as veias da sociedade brasileira, e a publicidade não escapa dessa realidade. No entanto, há um caminho na publicidade que, ao ser trilhado, nos proporciona a chave para uma abordagem mais contra-hegemônica.

Esse percurso se inicia com a publicidade de causa, conforme proposto por Pompeu e Perez (2020), evolui para a publicidade pós-causa, também delineada por Pompeu (2022), mas somente alcança plenitude contra-hegemônica ao dar um passo adiante com a presença das populações minorizadas na sua produção e principalmente na tomada de decisão.

Palavras-chave: Escravidão; Cultura; Publicidade; Minorias; Contra-hegemonia; Produção Cultural;

ABSTRACT

What is the relevance of having Black individuals in decision-making positions in advertising? To answer this question, we need to understand the origin and current state of this segment of the population. Drawing on works by Boris Fausto (2006), Lilia Schwarcz, Heloisa Starling (2015), among others, we explore the history of Brazil, where we often have a marginalized perspective, even in textbooks. This invisibility has a significant reason: the systemic oppression generated by the hegemony versus minority relationship, as presented by Muniz Sodré (2009) and Granja Coutinho (2009), which does not originate in Brazil but has a unique chapter in Brazilian lands, giving rise to a kind of racism Brazilian-style, as presented by Silvio de Almeida (2019) and Granja Coutinho (2009), echoing throughout Brazilian cultural production.

In this society, the logic of cultural production developed by Santaella (2019) reflects the power struggle, where hegemony controls culture. Thus, its cultural productions carry the same racism that permeates the veins of Brazilian society, and advertising is not exempt from this reality. However, there is a path in advertising that, when traversed, provides us with the key to a more counter-hegemonic approach.

This journey begins with cause-related advertising, as proposed by Pompeu and Perez (2020), evolves into post-cause advertising, also outlined by Pompeu (2022), but only reaches full counter-hegemony by taking a step forward with the presence of marginalized populations in its production and, especially, in decision-making.

Keywords: Slavery; Culture; Advertising; Minorities; Counter-hegemony; Cultural Production;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Colombo e as Sereias.....	18
Figura 2: O Infante Dom Henrique na Conquista de Ceuta, painel de azulejos, na cidade do Porto.....	21
Figura 3: Traços Lusitanos em Macau.....	22
Figura 4: As famosas especiarias.....	24
Figura 5: Ruínas de engenho em São Tomé e Príncipe.....	25
Figura 6: O tratado de tordesilhas.....	27
Figura 7: A chegada dos Portugueses representando o nascimento de uma nação.....	29
Figura 8: A chegada dos Portugueses representando a morte de nações indígenas.....	31
Figura 9: Colombo na suposta Índia, mas na verdade na América em 1492.....	33
Figura 10: Pintura renascentista com Platão e Aristóteles eles não só pensavam como escravizaram.....	35
Figura 11: Cena de canibalismo, a partir de “Americae Tertia Pars”, 1592.....	37
Figura 12: Extração do Pau Brasil pelos índios.....	39
Figura 13: Engenho de Açúcar.....	41
Figura 14: Foto de anúncio da Galeria como nova agência da Bauducco.....	89
Figura 15: Tweet de Andressa Delgado mostrando a semelhança entre os trabalhos.....	90
Figura 16: Frames do vídeo do clube de criação.....	92
Figura 17: Frames do vídeo do clube de criação.....	92

Introdução.....	13
BLOCO I - UMA VIAGEM PARA A AMÉRICA COM TUDO PAGO.....	15
Capítulo 1 - Portugal prometeu as Índias, conseguiu pindorama e provocou a diáspora Africana.....	16
1.1 - Portugal no caminho das Índias ou um pouco mais que isso.....	16
1.1.1 - O que somos começa no nosso passado ou no que se conta dele....	16
1.1.2 - O choque da descoberta de um novo mundo.....	16
1.1.3 - Voltamos ao passado do nosso passado.....	18
1.1.4 - Expansão de Portugal.....	21
1.1.5 - O que buscavam afinal?.....	23
1.1.6 - Fixação em novas terras.....	25
1.2 - Portugal e Pindorama, Vera Cruz, Terras Brasilis ou seja lá o que for isso! 26	
1.2.1 - Os tratados com a Espanha.....	26
1.2.2 - O nascimento de uma nação.....	27
1.2.3 - A morte de uma nação.....	29
1.3 - Portugal e a Escravidão: uma relação bem lucrativa.....	32
1.3.1 - Primeiras impressões.....	32
1.3.2 - Escravidão no passado.....	33
1.3.3 - Justificando o injustificável.....	35
Capítulo 2 - Um Brasil de ciclos e uma única certeza: Icaro preso no labirinto sem fim da escravidão.....	38
2.1 - Ciclos.....	38
2.1.1 - Um local perfeito.....	38
2.1.2 - Ciclo do Pau Brasil.....	38
2.1.3 - Tão doce a casa da cana de açúcar.....	39
2.2 - Escravidão indígena: presos em sua própria casa.....	42
2.2.1 - Quem eram?.....	42
2.2.2 - Assim tudo se inicia.....	42
2.2.3 - Ah as Bandeiras.....	44
2.2.4 - Resistências.....	45
2.2.5 - Objetivos distintos, problemas à vista.....	46
2.3 - Escravidão Negra: uma viagem para a america com tudo pago.....	49
2.3.1 - Assim um novo tudo se inicia com o nascimento de uma nova nação... 49	
2.3.2 - Um passado antes de Pindorama.....	50
2.3.3 - A Prosperidade da escravidão é a prosperidade da colônia.....	50
2.3.4 - O negro no Brasil.....	53
2.3.5 - Um Brasil Palmariano.....	55
2.3.6 - Um Brasil Pós-Palmariano.....	57
2.4 - Complexidades.....	59
2.4.1 - Cor como demarcador social.....	59
2.4.2 - Equilíbrio populacional.....	59

2.4.3 - Escravos em toda a sociedade Brasileira.....	60
Capítulo 3 - Liberdade ou Morte e a Caixa de Pandora da Princesa Isabel.....	61
3.1 - Lutas por liberdade.....	61
3.1.1 - Percepção da sociedade.....	61
3.1.2 - Revoltas.....	62
3.1.3 - Oposição política.....	64
3.2 - E o Estado, hein?.....	65
3.2.1 - Promulgação de Leis.....	65
3.2.2 - Abolição finalmente.....	66
3.2.3 - Princesa Isabel e sua caixa de Pandora.....	66
BLOCO II - COMO CONSTRUIR UMA DEMOCRACIA RACIAL ALEGÓRICA.....	68
Capítulo 4 - Um cortiço chamado Brasil.....	69
4.1 - Abolição não ruptura.....	69
4.2 - Democracia Racial para nós, o resto para eles.....	72
4.2.1 - Democracia Racial para nós, dominação populacional para eles.....	72
4.2.2 - Democracia Racial para nós, dominação financeira para eles.....	73
4.2.3 - Democracia Racial para nós, dominação educacional para eles.....	73
4.2.4 - Democracia Racial para nós, dominação cultural para eles.....	74
4.3 - O Dinâmico mundo novo: tradição vs. tradição e a produção do racismo à brasileira.....	76
Capítulo 5 - Um comunicação transmitindo Vidas Secas.....	80
5.1 - A cultura e a Publicidade da sociedade capitalista.....	80
BLOCO III - A FÓRMULA MÁGICA DA PAZ.....	84
Capítulo 6 - A primavera florescendo entre os canhões, onde Icarus desata os nós da escravidão por nós.....	85
6.1 - Publicidade de Causa.....	85
6.2 - Publicidade Pós-Causa.....	87
6.3 - Além do pós-causa.....	88
Capítulo 7 - Considerações finais ou só o início de algo maior.....	94
7.1 - Além da publicidade, a crítica é ao sistema.....	94
Referências.....	96

Introdução

É importante ressaltar, desde a introdução, que o título desta obra é um reflexo exato do que está expresso em todas as suas palavras. Trata-se de um “RESGATE” daqueles que estiveram invisibilizados durante séculos, uma recuperação da história do Brasil com foco direto sobre as minorias, destacando a população negra. Encaixotados num navio negreiro, passaram por um processo de perda de suas raízes na maior diáspora forçada da história do mundo, em que, além de suas raízes, perderam sua fé, seus costumes e sua terra natal; perda não, roubo define melhor esse processo.

No primeiro bloco, veremos como essa história se dá na origem do Brasil, um subproduto do processo de expansão de Portugal. Aqui, na companhia de autores como Boris Fausto, Lilia Schwarcz, Heloisa Starling, Rafael Marquese, entre outros, exploraremos desde antes de Pindorama até o Brasil republicano. Sob o prisma das minorias, que se desenvolvem nesse ambiente, uma visão às vezes invisibilizada através da justificativa da democracia racial brasileira vem à luz.

Os objetos que mais sofrem nessa filosofia de democracia racial são seres humanos que, durante séculos, foram tratados como objetos. No segundo bloco, esses objetos humanos são foco de uma não transformação social proporcionada por suas alforrias, simbolizada pela princesa Isabel - um tanto quanto sintomático, diga-se de passagem. Surgem as figuras de Dilma Silva, Muniz Sodré, Silvio de Almeida, trazendo o entendimento da inclusão do povo negro nesse contexto brasileiro, somados à visão sobre a formação de culturas de Lúcia Santaella.

É quando falamos de cultura que nossa visão se expande e se depara com a publicidade. Bruno Pompeu, Clotilde Perez e Rodney Willian convergem na visão de uma publicidade que desliza ao tentar incluir uma sociedade mais diversa. No âmago do capitalismo, ela reflete a sociedade que tem a estrutura de luta de hegemonias vs. minorias, conforme exemplifica Muniz Sodré, Granja Coutinho e Silvio de Almeida, que acabam convergindo com as concepções de surgimento da cultura entregues por Santaella, explicando como elas são formadas ou, melhor dizendo, forjadas.

Apesar de não parecer um presente tão promissor, o último bloco apresenta a possibilidade de uma publicidade mais contra-hegemônica, através da lógica de Pompeu de publicidade pós-causa. Damos um passo adiante não só em direção a

uma publicidade pós-causa, mas sim a uma sociedade mais contra-hegemônica, desenhada dentro da publicidade, devido à sua relevância para a sociedade não só brasileiro, mas mundial também. Buscando assim não só a manutenção do capitalismo ou da publicidade, mas sim a manutenção de uma sociedade mais consciente de si e, principalmente, de suas mazelas.

BLOCO I - UMA VIAGEM PARA A AMÉRICA COM TUDO PAGO

Capítulo 1 - Portugal prometeu as Índias, conseguiu pindorama e provocou a diáspora Africana.

1.1 - Portugal no caminho das Índias ou um pouco mais que isso

1.1.1 - *O que somos começa no nosso passado ou no que se conta dele*

Desde o início de nossas vidas escolares, lá pelos meados da quinta série, nos deparamos com a História do Brasil e por consequência a história de nossas origens - no plural, porque entenderemos que existem versões - através de algumas alegorias, às vezes tão fantasiosas quanto as próprias lendas gregas. A primeira e mais conhecida é a do encontro de Pedro Álvares Cabral com as terras tupiniquins, totalmente por acaso. Nela, o majestoso navegador português, no caminho para as Índias, acaba, por um engano nos mares revoltosos e desconhecidos, levando-o em direção ao Brasil.

“Desde cedo, aprendemos em casa ou na escola que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral em abril de 1500. Esse fato constitui um dos episódios de expansão marítima portuguesa, iniciada em princípios do século XV. Para entendê-la, devemos começar pelas transformações ocorridas na Europa Ocidental. a partir de uma data situada em torno de 1150. Foi nessa época que a Europa, nascida das ruínas do Império Romano e da presença dos chamados povos bárbaros, começou pouco a pouco a se modificar pela expansão da agricultura e do comércio”. (FAUSTO, 2006, p. 19)

É muito interessante a forma como ele começa, já estipulando que somos apenas um dos episódios da expansão marítima portuguesa, retirando toda a pompa e circunstância do evento. Ao mesmo tempo, nos situa como um subproduto das quedas e ascensões de diversos impérios, tanto da antiguidade quanto da Idade Média.

1.1.2 - *O choque da descoberta de um novo mundo*

Apesar de nossa “descoberta” não ser o clímax nem o ponto central da história de Portugal naquele período. Nossa “descoberta” não faz ele ser visto de forma menos mágica, às vezes até mesmerizante, não à toa em alguns momento o Brasil é retratado de forma semelhante às antigas lendas. Ainda essa compreensível, assim como o espanto dos descobridores, o novo mundo era literalmente um novo

mundo, uma nova realidade agora tornada realidade Schwarcz e Starling em *Brasil: Uma Biografia* (2015), complementam essa visão sobre o acontecimento:

Apesar de nossa descoberta não ser o clímax nem o ponto central da história de Portugal naquele período, ela não deixa de ser vista de forma mágica, às vezes até mesmerizante. Não à toa, em alguns momentos, o Brasil é retratado de maneira semelhante às antigas lendas. Essa visão é compreensível, assim como o espanto dos descobridores, afinal, o novo mundo era literalmente um novo mundo, uma nova realidade agora tornada realidade. Schwarcz e Starling, em *Brasil: Uma Biografia* (2015), contemplam essa visão sobre o acontecimento:

Difícil imaginar o impacto e o significado da “descoberta de um Novo Mundo”. Novo, porque ausente dos mapas europeus; novo, porque repleto de animais e plantas desconhecidos; novo, porque povoado por homens estranhos, que praticavam a poligamia, andavam nus e tinham por costume fazer a guerra e comer uns aos outros. Eram canibais, afirmavam os primeiros relatos, cheios de curiosidade, exotismo e imaginação. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 27)

Imaginação talvez seja a palavra que melhor define as primeiras descrições da América. Talvez hoje para nós seja meio difícil emular essa sensação que permeou a Europa durante o primeiro contato com o novo mundo, visto que vivemos em um mundo extremamente globalizado e, acima disso, hiperconectado, onde não existe um delay na passagem de informação. Seja guerra na Ucrânia, guerra em Israel, ou a Guerra do Tigré na Etiópia - é, talvez essa última tenha sido invisibilizada - temos as informações quase que instantaneamente em nossas telas.

Mas vamos a um exercício simples de imaginação: Pense que a humanidade cria uma forma de viajar rapidamente pelo sistema solar e, durante essa viagem, descobre vida inteligente em algum planeta. Vamos supor que isso ocorra em Marte. Qual seria a sua reação para essa descoberta? Qual a descrição que esses descobridores fariam dessa vida inteligente? Deste novo mundo?

Imaginou? Então, Ray Bradbury imaginou um pouco antes em *Crônicas Marcianas* (1950). Lá, ele faz o exercício de imaginar o processo de colonização em Marte sendo feito pelos americanos. Se você nunca leu essa obra, está tudo bem, porque no fim ela vai estar bem resumida neste primeiro capítulo, algo bem diferente da magia construída pela visão inicial do Novo Mundo.

Por exemplo, Colombo pensava que, mais para o interior da terra por ele descoberta, encontraria homens de um só olho e outros com focinho de cachorro. Ele dizia ter visto três sereias pularem para fora do mar, decepcionando-se com seu rosto: não eram tão belas quanto imaginara. Em uma de suas cartas, referia-se às pessoas que, na direção do poente, nasciam com rabo. (FAUSTO, 2006, p. 23)

Figura 1: Colombo e as Sereias



Disponível em: <https://blogdopg.blogspot.com/2021/10/colombo-e-as-sereias.html>

1.1.3 - Voltamos ao passado do nosso passado

Se para entendermos o presente precisamos compreender o nosso passado, para entender esse passado, é preciso compreender o passado dele. Dessa forma, devemos entender qual o contexto histórico em que Portugal estava inserido no momento em que encontraram o Pindorama. Para Fausto (2006, p. 20,21), é importante compreender alguns pontos centrais no processo da expansão marítima dos portugueses.

O nascimento dos Estados:

organização política centralizada, cuja figura dominante - o príncipe - e a burocracia em que se apoiava tomaram contornos próprios que não se

confundiam com os grupos sociais, mesmo os mais privilegiados, como a nobreza (Fausto, 2006, p.20).

E expansão geográfica do cristianismo na europa:

pela reconquista de territórios ou a ocupação de novos espaços. A Península Ibérica foi sendo retomada dos mouros; o Mediterrâneo deixou de ser um "lago árabe", onde os europeus não conseguiam sequer colocar um barquinho; os cruzados ocuparam Chipre, a Palestina, a Síria, Creta e as ilhas do Mar Egeu; no noroeste da Europa, houve expansão inglesa na direção do País de Gales, da Escócia e da Irlanda; no leste europeu, alemães e escandinavos conquistaram as terras do Báltico e as habitadas pelos eslavos. (FAUSTO, 2006, p.20)

Ampla Experiência com navegação marítima:

A partir do século XIII, foram-se definindo por uma série de batalhas. Para começar, Portugal se afirmava no conjunto da Europa como um país autônomo, com tendência a voltar-se para fora. Os portugueses já tinham experiência, acumulada ao longo dos séculos XIII e XIV, no comércio de longa distância, embora não se comparassem ainda a venezianos e genoveses, a quem iriam ultrapassar. (FAUSTO, 2006, p.21)

Experiência essa reflexo do contato direto com o “com o mundo islâmico do Mediterrâneo, onde o avanço das trocas pode ser medido pela crescente utilização da moeda como meio de pagamento.” (FAUSTO, 2006, p. 22). Ou seja existia uma relação amistosa fortalecida pelo comércio entre os povos - amistosa talvez seja um pouco demais - e claro para além de tudo isso sua posição geograficamente estratégica, quase que empurrando os portugueses para fora da europa, de cara nos portos com ótimas correntezas, item imprescindível para uma boa navegação, dava ao povo português um horizonte de possibilidades.

Para além desses fatores que de certa forma impactaram outros países da europa inclusive seu vizinho próximo a espanha, um outro fato muito importante é exclusivo de portugal e está ligado a sua unificação precoce logo no século XIV

Experiência essa reflexo do contato direto com o “mundo islâmico do Mediterrâneo, onde o avanço das trocas pode ser medido pela crescente utilização da moeda como meio de pagamento” (FAUSTO, 2006, p. 22). Ou seja, existia uma relação amistosa, fortalecida pelo comércio entre os povos - amistosa talvez seja um pouco demais - e, claro, para além de tudo isso, sua posição geograficamente estratégica, quase que empurrando os portugueses para fora da Europa. De frente

para os portos com ótimas correntezas, um item imprescindível para uma boa navegação, dava ao povo português um horizonte de possibilidades.

Para além desses fatores que, de certa forma, impactaram outros países da Europa, inclusive seu vizinho próximo, a Espanha, outro fato muito importante é exclusivo de Portugal e está ligado à sua unificação precoce, logo no século XIV.

Embora alguns historiadores considerem a revolução de 1383 uma revolução burguesa, o fato importante está em que ela reforçou e centralizou o poder monárquico, a partir da política posta em prática pelo Mestre de Avis. Em torno dele, foram se reagrupando os vários setores sociais influentes da sociedade portuguesa: a nobreza, os comerciantes, a burocracia nascente. Esse é um ponto fundamental na discussão sobre as razões da expansão portuguesa. Isso porque, nas condições da época, era o Estado, ou mais propriamente a Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto. (FAUSTO, 2006, p. 22,23)

Com o poder concentrado nas mãos de uma figura unificadora e uma sociedade sedenta pela expansão, não devido a um desejo por aventura, mas sim por interesses próprios que já não podiam ser supridos somente em terras portuguesas, tornava-se necessária a expansão marítima, pois

no início do século XV, a expansão correspondia aos interesses diversos das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes era a perspectiva de um bom negócio; para o rei era a oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham diminuído muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus cristianizando "povos bárbaros" resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir, nos estreitos quadros da Metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões. Dessa convergência de interesses só ficavam de fora os empresários agrícolas, para quem a saída de braços do país provocava o encarecimento da mão-de-obra. Daí a expansão ter-se convertido em uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos, ou quase todos, aderiram e que atravessou os séculos. (FAUSTO, 2006, p. 23)

Figura 2: O Infante Dom Henrique na Conquista de Ceuta, painel de azulejos, na cidade do Porto



Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/conquista-de-ceuta>

1.1.4 - Expansão de Portugal

Dessa forma, Portugal começou sua metódica expansão pela costa africana, onde dois episódios se destacam. Portugal passa por novos limites aos quais achavam ser a beira do mundo, mas, devido à determinação do povo forte português - ou seja, apenas a ambição pelo que podiam dominar - conseguiram traçar novos limites e novas fronteiras para o mundo.

O reconhecimento da costa ocidental africana não se fez da noite para o dia. Levou 53 anos, da ultrapassagem do Cabo Bojador por Gil Eanes (1434) até a temida passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias (1487). A partir da entrada no Oceano Índico, foi possível a chegada de Vasco da Gama à Índia, a sonhada e ilusória Índia das especiarias. (FAUSTO, 2006, p. 28)

Mas claro que Portugal não parou por aí, foi além. Posteriormente, “os portugueses alcançaram a China e o Japão, onde sua influência foi considerável, a ponto de os historiadores japoneses chamarem de “século cristão” o período

compreendido entre 1540 e 1630” (FAUSTO, 2006, p. 28). No entanto, isso é história para outros textos.

No que nos convém, vale uma maior reflexão sobre o impacto português em terras africanas. Nesse início, não se focou em uma expansão territorial sobre o continente africano, visto que sua principal empreitada era a ida às Índias. Mas o impacto do que fizeram lá, nesse início, reverbera diretamente sobre o desenvolvimento do Brasil posteriormente.

a Coroa organizou o comércio africano, estabelecendo o monopólio real sobre as transações com ouro, obrigando a cunhagem de moeda em uma Casa da Moeda e criando também, por volta de 1481, a Casa da Mina ou Casa da Guiné, como uma alfândega especial para o comércio africano. Da costa ocidental da África, os portugueses levavam pequenas quantidades de ouro em pó, marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes e era feito através do Egito, a variedade de pimenta chamada malagueta e, a partir de 1441, sobretudo escravos. Estes foram, no começo, encaminhados a Portugal, sendo utilizados em trabalhos domésticos e ocupações urbanas. (FAUSTO, 2006, p. 29)

Nesse processo de expansão, enquanto Portugal ia em busca das especiarias, não apenas tivemos um impacto direto na vida portuguesa e na vida indiana. Para além disso, é visível o gigantesco impacto nas relações comerciais que começavam a passar por uma metamorfose na África Ocidental.

Figura 3: Traços lusitanos em Macau



Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/viagemgastronomia/noticias/macau-china-portuguesa/>

1.1.5 - O que buscavam afinal?

Entretanto, a pergunta que fica é: o que buscavam na Índia que não conseguiam encontrar em terras portuguesas? O que havia de tão interessante e valioso a ponto de impulsionar a economia de todo um país em busca disso? Dessa forma, nos deparamos com o seguinte evento histórico:

Com a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 29 de maio de 1453, porém, esse rico comércio encontrou obstáculos — as rotas caíram sob controle turco e ficaram bloqueadas para os mercadores cristãos. Foi para contornar esse problema que Portugal e Espanha passaram a organizar expedições de exploração, visando encontrar rotas alternativas por terra e por mar. Era esse o objetivo de Portugal quando investiu numa nova via, procurando garantir o monopólio do comércio. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 30)

Não à toa, Portugal “optou-se por um caminho que implicava uma inédita e arriscada manobra: circundar o desconhecido continente africano, cujo percurso completo levou mais de um século para ser realizado” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 31). Como vimos anteriormente, essa demora gerou um bom retorno para Portugal, que modificou a estrutura do comércio local e “instalou “feitorias” no litoral africano, vale dizer, estabeleceu pontos estratégicos para uma colonização presente e futura” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 31).

Apesar do lucrativo processo de expansão em terras africanas, o foco principal português era a dupla de bens formada por ouro e especiaria. O primeiro pelos mesmos motivos que o tornam valioso hoje em dia, e o segundo trazia um certo frescor para a alimentação da Europa Ocidental na Idade Média que era

“uma civilização carnívora”. Grandes quantidades de gado eram abatidas no início do verão, quando as forragens acabavam no campo. A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal, pela defumação ou simplesmente pelo sol. Esses processos, usados também para conservar o peixe, deixavam os alimentos intragáveis, e a pimenta servia para disfarçar o que tinham de desagradável. Os condimentos representavam também um gosto alimentar da época, como o café, que bem mais tarde passou a ser consumido em grande escala em todo o mundo. Havia mesmo uma espécie de hierarquia no seu consumo: na base, os de cheiro acre, como o alho e a cebola; no alto, os condimentos mais finos, com odores aromáticos, suaves, lembrando o perfume das flores. (FAUSTO, 2006, p. 27,28)

Assim como na questão de dominação de locais o foco era a Índia e à África ocidental se tornou um objetivo secundário bastante lucrativo, outras bens conseguidos nesse domínio teve o mesmo papel da África, o de frente secundária lucrativa como exemplifica Fausto (2006, p. 28) “Ouro e especiarias foram assim

bens sempre muito procurados nos séculos XV e XVI, mas havia outros, como o peixe, a madeira, os corantes, as drogas medicinais e, pouco a pouco, um instrumento dotado de voz - os escravos africanos”. Esse último entrará em destaque logo mais como protagonista de grandes pontos de reflexão do passado e da atualidade.

Assim como na questão de dominação de locais, o foco era a Índia, e a África Ocidental se tornou um objetivo secundário bastante lucrativo. Outros bens obtidos neste domínio tiveram o mesmo papel da África: o de frente secundária lucrativa. “Ouro e especiarias foram assim bens sempre muito procurados nos séculos XV e XVI, mas havia outros, como o peixe, a madeira, os corantes, as drogas medicinais e, pouco a pouco, um instrumento dotado de voz - os escravos africanos”(Fausto, 2006, p.28). Este último entrará em destaque logo mais como protagonista de grandes pontos de reflexão do passado e da atualidade.

Figura 4: As famosas especiarias



Disponível em:

<https://blog.totalpass.com.br/alimentacao/especiarias-sabores-que-trazem-beneficio-s-a-saude/>

1.1.6 - Fixação em novas terras

Se na África Ocidental o foco não era a ocupação, o mesmo não pode ser dito das ilhas do Atlântico, onde os portugueses efetivamente “realizaram experiências significativas de plantio em grande escala, empregando trabalho escravo.”(FAUSTO, 2006, p. 29). Na Ilha da Madeira, o plantio de trigo competia com o plantio de cana de açúcar, incentivado por mercadores e agentes comerciais genoveses e judeus, baseado no trabalho escravo. “A economia açucareira acabou por triunfar” (FAUSTO, 2006, p. 29).

Segundo Fausto (2006, p. 30), nas ilhas da costa africana contavam com abundante suprimento de escravos. Nas ilhas de Mina e Axim, existiam engenhos que, segundo as descrições, chegavam a ter entre 150 e 300 cativos. A Ilha de São Tomé, nos tempos difíceis da indústria do açúcar, tornou-se um entreposto de escravos vindos do continente e distribuídos para a América e Europa.

Tais práticas chegariam ao seu auge alguns anos depois em terras tupiniquins, algo que levaria algumas décadas para acontecer, mas que, para nós, é a próxima etapa.

Figura 5: Ruínas de engenho em São Tomé e Príncipe



Disponível em:

<https://canaltech.com.br/ciencia/estudo-em-engenho-de-sao-tome-e-principe-revela-origem-do-sistema-de-plantation-259814/>

1.2 - Portugal e Pindorama, Vera Cruz, Terras Brasilis ou seja lá o que for isso!

1.2.1 - Os tratados com a Espanha

Como vimos anteriormente, dentre os diversos fatores que impactaram a expansão marítima portuguesa, muitos não eram exclusivos do país e, assim, reverberaram para toda a Europa, com destaque, nesse início, ao seu vizinho de fronteira. Dessa forma, a lógica é que o pioneirismo português na expansão marítima não seria algo exclusivo do povo lusitano por muito tempo.

Enquanto nossos descobridores optaram por circunavegar o continente africano e tinham domínio daquela região, os espanhóis resolveram fazer um caminho alternativo em busca das sonhadas especiarias. Com a 'convicção' de que a terra era redonda e que era possível chegar às Índias circunavegando o mundo, os espanhóis partiram em linha reta de seus portos, em busca de seu tesouro.

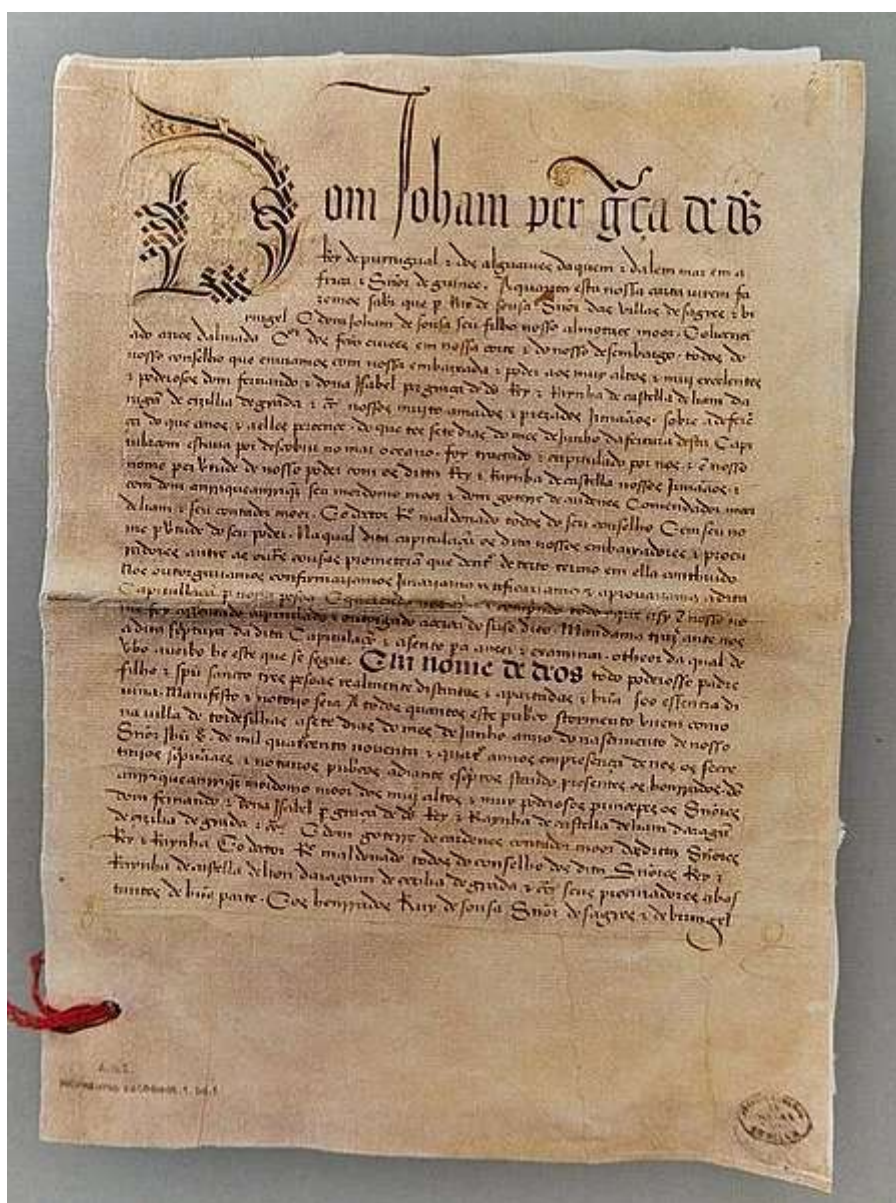
Vale mencionar que o processo de expansão e navegação espanhola tinha uma complexidade ímpar, principalmente levando em consideração o 'mar de incertezas' que existia na rota que lhes sobrou. Não vale a pena detalhar tanto esse processo, uma vez que somente o fato de Portugal ter um concorrente à sua altura, que já vinha apresentando resultados - a descoberta da América em 1492 por Cristóvão Colombo - gerou impactos diretos nos planos de Portugal de chegar às Índias, mas principalmente lançou os olhos portugueses ao que viria a se tornar o Brasil.

Dessa forma, entre 1493 e 1494, Portugal, com o intermédio do papa, entrou em acordos e reacordos com a Espanha.

O Tratado de Tordesilhas teve um antecedente: a bula Inter Caetera, assinada pelo papa Alexandre em 4 de maio de 1493, VI que dividiu as novas terras do globo entre Portugal e Espanha. Na prática, as terras situadas até cem léguas a oeste, a partir das ilhas de Cabo Verde, seriam de Portugal, e as que ficassem além dessa linha, da Espanha.

O Tratado de Tordesilhas, assinado pelas duas Coroas, definiu como linha de demarcação o meridiano que ficava 370 léguas a oeste de uma ilha não especificada do arquipélago de Cabo Verde, então pertencente aos portugueses. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 31)

Figura 6: O tratado de tordesilhas



Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/tratado-de-tordesilhas.htm>

1.2.2 - O nascimento de uma nação

Segundo Fausto (2006, p. 30), obra do acaso ou não, a vinda de Pedro Álvares Cabral para Pindorama foi cercada de pompa e circunstância. Após o regresso da frota de Vasco da Gama em julho de 1499, temos a empreitada que daria início ao Brasil que viria a ser formado. Em 9 de março de 1500, Pedro Álvares Cabral, com uma frota de 13 navios, partiu em direção à Índia - agora com caminho já mapeado. Contudo, ao passar pelas ilhas de Cabo Verde, Pedro e sua trupe rumaram a oeste, afastando-se da costa africana, e assim

No dia 22, a armada de Cabral, que seguia no caminho das Índias, se deparou com terra a ocidente. Primeiro, notaram-se algumas aves que foram chamadas de “fura-buxos”, depois um grande monte, muito alto e redondo, logo nomeado monte Pascoal (uma vez que aquela era a semana da Páscoa); o local, por fim, foi chamado de Terra de Vera Cruz. A reação inicial foi de encanto diante dessa “terra nova, que se ora nesta navegação achou”, mas também de vontade de posse: assim, imediatamente se criaram nomes para tudo que se “descobria”. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 37)

Logo em sua descoberta, “os portugueses já iam se julgando donos e senhores dos destinos da nova terra, de seus limites e nomes. No entanto, a descoberta não alterou de imediato a rotina e os interesses dos lusitanos.” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 39). Lembrando que, por mais que tivessem vindo dar uma passada no Brasil, o objetivo central da viagem de Cabral era o Oriente e as especiarias.

Mas o certo descaso com as terras tupiniquins durou por pouco tempo isso porque “a concorrência internacional, ameaças estrangeiras e os questionamentos acerca do bilateral Tratado de Tordesilhas não permitiriam que a calma ali fosse eterna.” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 39). A ameaça era presente e contratante os

Espanhóis já estavam na costa nordeste da América do Sul, e ingleses e franceses, contestando a divisão luso-espanhola do globo, logo invadiriam diferentes pontos do litoral. Francisco da I França, ao questionar o famoso acordo, deixou frase lapidar: “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que dividiu o mundo entre Portugal e Espanha e me excluiu da partilha”. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.40)

As ameaças constantes e o potencial lucrativo do Novo Mundo fizeram D. João II perceber que “a soberania do papa legitimando o tratado não daria conta de afugentar os corsários franceses, os quais com frequência cada vez maior se estabeleciam nas possessões americanas” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.40).

Assim, em 1534, o Rei de Portugal dividiu as terras brasileiras “entre catorze capitanias, quinze lotes e doze donatários. Como se desconhecia o interior do território, a saída foi imaginar faixas litorâneas paralelas desde a costa que adentrariam até o “sertão”. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.40)

Isso acabou por reforçar a figura do rei, a nobreza e, é claro, a presença de Portugal em sua colônia, porque

Todos os beneficiados pela medida eram egressos da pequena nobreza lusitana, sendo sete deles membros destacados nas campanhas na África e na Índia e quatro altos funcionários da corte. O sistema previa que o donatário tivesse o poder supremo e de jurisdição sobre sua capitania, podendo desenvolver a terra e escravizar indígenas. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.40)

Quase um poder sem limites para essa população que viria para o Brasil. Não obstante, o nome desse subcapítulo faz referência direta ao clássico homônimo do cinema americano, o filme que delimita um antes e um depois do cinema americano e mundial. No fundo, tem um teor um tanto controverso, assim como o processo de domínio da metrópole sobre a colônia. Algo que leva em consideração não só a força física, mas também a força ideológica, religiosa, quase um dever divino de domínio sobre o próximo.

Figura 7: A chegada dos Portugueses representando o nascimento de uma nação



Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/descobrimtobrasil.htm>

1.2.3 - A morte de uma nação

Para o nascimento de uma nação, foi preciso a morte de outra nação. Nação que, para o Dicionário Priberam da língua portuguesa brasileira, define como o conjunto de indivíduos habituados aos mesmos usos, costumes e língua. Dessa forma, fazendo um revisionismo do subcapítulo, o correto a se afirmar seria: A Morte de Milhares de Nações.

“A palavra "catástrofe" é mesmo a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista e apenas cerca de 250 mil existem nos dias de hoje” (FAUSTO, 2006, p.41).

Já para os portugueses, não era visto dessa maneira, a visão que tinham sobre os povos presentes ali era, assim como descrevemos no começo, 'mágica', aqui com o sentido de desencaixada da realidade, conforme podemos ver nas descrições presentes no texto de Schwarcz e Starling:

Paracelso, em 1520, acreditava que eles não descendiam de Adão e que eram como os gigantes, as ninfas, os gnomos e os pigmeus. Cardano, em 1547, apostava que os indígenas surgiam como uma geração espontânea, a partir da decomposição de matéria morta, como as minhocas e os cogumelos. Já Pero Vaz assim relatou o que viu:

Todos pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que cobrisse suas vergonhas [...] E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe deu um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.38)

Quando se saía dessa visão mais 'mágica', a visão ideológica e preconceituosa prevalecia na visão dos colonizadores sobre os colonizados, como expõe Fausto.

É difícil analisar a sociedade e os costumes indígenas, porque se lida com povos de cultura muito diferente da nossa e sobre a qual existiram e ainda existem fortes preconceitos. Isso se reflete, em maior ou menor grau, nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente jesuítas. Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e índios com qualidades negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés, que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. De acordo com os mesmos relatos, em geral, os índios viviam em casas, mas os aimorés viviam como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei em que se proibia a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição. (FAUSTO, 2006, p.38)

Dessa forma, temos o processo de nascimento da nossa nação no domínio e destruição de diversas nações já preexistentes dentro do nosso território. Para além disso, essa destruição interna vem acompanhada não só do domínio territorial, mas também da posse não apenas das posses terrenas externas a esses indivíduos, mas sim da posse de seus próprios corpos. Nesse início de projeto de nação, criamos uma sociedade pautada economicamente no ponto principal que reflete as desigualdades ainda presentes hoje no Brasil: a Escravidão.

Figura 8: A chegada dos Portugueses representando a morte de nações indígenas



Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/descobrimtobrasil.htm>

1.3 - Portugal e a Escravidão: uma relação bem lucrativa

1.3.1 - Primeiras impressões

Para entender o processo de escravidão no Brasil e em toda a América, é preciso compreender dois pontos iniciais e as justificativas que se derivariam a partir deles, além de outros motivos mais ligados à economia. O primeiro ponto passa pela construção da imagem do nativo americano; desde o início, o homem que dá nome ao nosso continente já transmitiu uma visão sobre como essa população era.

As observações de Vespúcio causaram ainda maior impacto que as de Colombo, uma vez que descreviam cenas de canibalismo a partir de testemunho pessoal do autor, e além disso eram ilustradas por gravuras. A argumentação convincente de Vespúcio, acompanhada de uma narrativa visual igualmente sedutora, contribuiu decisivamente para a difusão de uma representação negativa dos nativos americanos, como homens sem ordem e sem fé, sem noções de propriedade, território e dinheiro, ignorantes de instituições como a família e o casamento. 1 (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.28)

A narrativa gráfica é chocante, de certa forma encantadora e chamativa, digna de um 'clickbait' do YouTube ou um post da 'choquei'. A imagem foi construída como se chegássemos a um lugar mágico mas com uma população inferior. É importante ressaltar a visão imposta pelos europeus, quase queimados pelo sol dos trópicos, tamanha era a superioridade presente em suas visões sobre as futuras colônias.

É relevante destacar que a história seria contada por essa visão europeia, no nosso caso portuguesa. Como expõem Schwarcz e Starling (2015, p.29), a nossa história canônica é contada pela ótica dos 'descobridores', que para além de inaugurar nossa história - por mais que já existissem incontáveis nações no território e, portanto, já tivessem sua história - inauguram a visão sobre as populações presentes aqui. Uma visão que não tinha a concepção da existência, não conseguia classificar, entender ou até mesmo nomear.

É uma visão quase biológica do descobrimento de novas espécies, mas é importante ressaltar que estamos falando de seres humanos, que, como o próprio nome diz, têm humanidade. Essa humanidade será extirpada de suas existências, primeiro pela visão criada deles pela ideologia dos portugueses e, posteriormente, pelo processo de escravização.

Figura 9 : Colombo na suposta índia, mas na verdade na América em 1492



Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/descobrimento-da-america.htm>

1.3.2 - Escravidão no passado

O segundo ponto passa pelo desenvolvimento histórico do que é escravidão. Para entender o impacto social da escravidão em nossa sociedade atual, é importante inicialmente termos em mente o que é a escravidão e como o processo de escravização, realizado nos séculos formadores do Brasil até a chegada da República, é algo que não havia sido implementado no mundo até aquele momento. Era algo sistemático, uma força motriz da economia não de um país ou uma região, mas do mundo naquele momento - aqui, claro, com a ressalva de estarmos vendo o mundo dentro de uma ótica ocidental.

Então, para iniciarmos essa longa e maçante jornada, vamos começar com o conceito de escravidão que mais se encaixa para o que desenvolveremos. “Na escravidão, transforma-se um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser

anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realizá-las” (PINSKY, 2012, p.11).

É importante, para além de entender o significado de escravidão, compreender que a escravização não foi inventada pelo colonialismo português, espanhol, francês ou inglês. Muito longe disso, e da formação dessas nações, temos a utilização de mão de obra escrava em trabalhos. Como Pinsky (2012, p. 11,12) cita, na Mesopotâmia e no Egito, obras públicas que necessitavam de um grande volume de trabalhadores, recrutavam parte da população para fazer esse trabalho. Aqui, o foco era somente interno, então não existia a venda desses escravos, que ao fim das obras públicas retornavam aos seus postos anteriores.

Já na antiguidade Greco-Romana, o escravo era um dos pontos centrais da extração do trabalho, eram comprados ou obtidos após saques e batalhas. A ideia da sua existência era tão presente que, como elabora Pinsky

Aristóteles, o filósofo grego, costumava dizer que o escravo, por natureza, não pertencia a si mesmo, mas a outra pessoa. Na sua opinião havia pessoas que a natureza destinou a serem livres e outras que foram por ela destinadas a serem escravos. Com isso, o filósofo grego escondia o caráter principal da escravidão, qual seja, sua historicidade. Ninguém era escravo por que a natureza determinou, mas por força de condições históricas específicas concretas, diferentes em distintos momentos históricos. Nada tem a ver com a natureza, como queria Aristóteles. (PINSKY, 2012, p. 12)

Como percebemos, até mesmo um dos maiores pensadores da história da humanidade podem ter esqueletos em seus armários, Mas é importante entender que essa é a base cultural dos países de destaque que fizeram a colonização do da america, é importante se ater ao detalhe de que em 1500 na europa estamos durante o renascimento cultural que tinha como um dos pontos centrais reviver o classicismo greco romano, é esse tipo de mentalidade que está presente no processo de colonização.

Figura 10: Pintura renascentista com Platão e Aristóteles eles não só pensavam como escravizaram



Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/aristoteles.htm>

1.3.3 - Justificando o injustificável

As justificativas para a escravidão na América, que se expandem para além da América Portuguesa, passam por três questões permeadas pelos pontos apresentados anteriormente, gerando a visão de superioridade que o europeu tinha no processo de colonização.

O primeiro é a questão populacional. Segundo Pinsky (2012, p. 14), a mão de obra escrava preencheria o vazio e permitiria uma intensificação da migração portuguesa para o ultramar. Com uma população de 1,5 milhão de habitantes naquele período em Portugal e uma estimativa de 300 mil pessoas atravessando o mar para a conquista das Índias e da África Ocidental, a mão de obra escrava preencheria a lacuna na conquista da colônia brasileira.

A segunda questão é a religiosa. Aqui, como Pinsky descreve, a visão que um cronista da época, Zurara, tem sobre o momento fala muito bem sobre a visão ao mesmo tempo realista e mágica que o cristianismo tem sobre a dor. Nela

A volta da expedição a Portugal, com mais de duzentos escravos, entre negros, mulatos e brancos, foi saudada de forma entusiástica, o que contrastava com o estado de espírito dos cativos, uns se lamentando em voz alta, outros caminhando cabisbaixos e outros, ainda, autoflagelando-se. O cronista que nos legou essa descrição (Zurara) afirma ter, de início, se emocionado com o quadro. Logo, porém, lembrou-se de que os males físicos e a perda da liberdade dos africanos eram amplamente compensados pelo “caminho da salvação espiritual” que a conversão ao cristianismo lhes propiciaria. (PINSKY, 2012, p. 15)

Boris Fausto reforça esse ponto, trazendo a questão da fartura de terras disponíveis.

Dada a disponibilidade de terras, pois uma coisa era a concessão de sesmarias, outra sua efetiva ocupação, não seria fácil manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades. Eles poderiam tentar a vida de outra forma, criando problemas para o fluxo de mão-de-obra para a empresa mercantil. (FAUSTO, 2006, p.48)

Schwarcz e Starling nos demonstram o impacto da religião na formação etimológica do termo "Canibal", que surgiu com o contato dos descobridores com os povos nativos que praticavam o hábito de comer seus inimigos.

Assim, pavimentava-se o caminho religioso para as futuras justificativas da escravização não só dos índios como dos negros africanos, ambos considerados descendentes da maldição de Cam. O nome virou adjetivo na segunda viagem de Colombo às Antilhas, que teria ocorrido entre 1493 e 1496, e a difusão da prática do canibalismo nas Américas ajudou a consolidar um novo propósito: o de escravizar os nativos. O argumento era que os canibais estavam longe dos valores da humanidade ocidental mas poderiam ser úteis como bons escravos. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.27,28)

Por último, mas não menos importante - na verdade, o mais importante é permeado por todos os outros motivos, pois o interesse econômico sofre total influência dos dois outros pontos. Nesse ponto, o escravo - o escravo negro em seu auge - passa a ser “o negro-mercadoria, aquele que era tratado pelo comerciante da mesma forma que a malagueta ou o marfim africanos” (PINSKY, 2012, p. 16).

Tendo em vista a visão de superioridade para com os povos indígenas e para com os povos africanos, por que o foco no tráfico transatlântico de escravos negros e não a simples escravização do povo indígena? É aí que lidamos com algumas nuances sobre o processo de escravidão brasileira, e aqui Boris Fausto nos elucida sobre o que está por vir.

Em primeiro lugar, lembremos que houve uma passagem da escravidão do índio para a do negro, que variou no tempo e no espaço. Essa passagem foi menos demorada no núcleo central e mais rentável da empresa mercantil, ou seja, na economia açucareira, em condições de absorver o preço da compra do escravo negro, bem mais elevado do que o do índio. (FAUSTO, 2006, p.48,49)

Figura 11: Cena de canibalismo, a partir de “Americae Tertia Pars”, 1592.



Disponível em:

<https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/imagens-para-pensar-o-outro/1-recursos.html>

Capítulo 2 - Um Brasil de ciclos e uma única certeza: Icaro preso no labirinto sem fim da escravidão

2.1 - Ciclos

2.1.1 - *Um local perfeito*

O que dizer sobre o Brasil, terra onde tudo se planta, tudo se colhe, “essa seria mesmo a região da abundância e da eterna primavera” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.47). Não à toa, desde o início e até mesmo hoje, nossos produtos de exportação têm teor agropecuário. “Logo esse território desconhecido seria explorado pelas suas riquezas: madeira, minério e a população indígena” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.63). Fica a reflexão aqui: isso é um texto sobre 1500 ou sobre os tempos atuais? Talvez eu tenha me perdido no meu raciocínio, ou tenhamos nos perdido no tempo.

2.1.2 - *Ciclo do Pau Brasil*

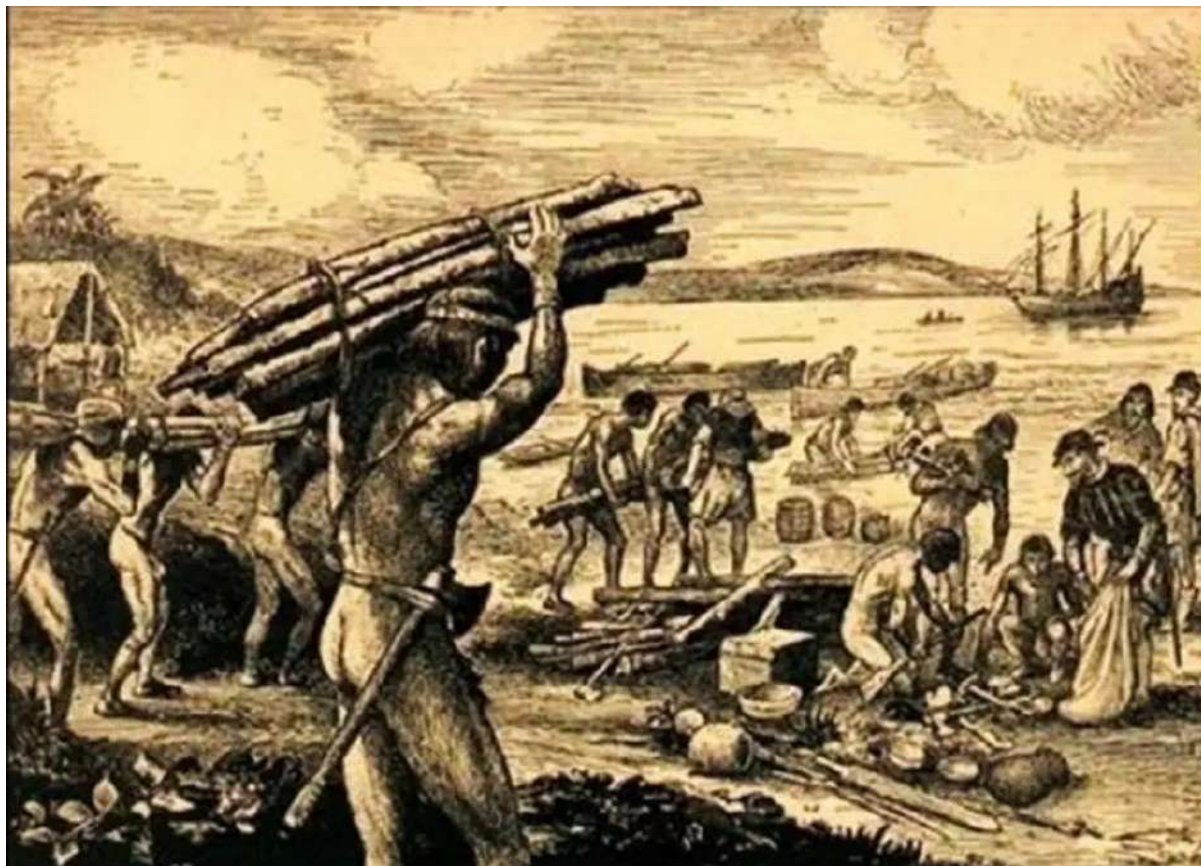
Segundo Schwarcz e Starling (2015, 42, 43), logo em 1502, já temos o início da exploração do pau-brasil. Mesmo tendo valor inferior ao das especiarias, isso não impediu que a exploração sistemática fosse um monopólio real. Logo no início, a coroa portuguesa deixou claro que a exploração da madeira só aconteceria mediante o pagamento de impostos. Seu manuseio em terras brasileiras era feito com mão de obra indígena através do escambo. Em troca de facas, canivetes, espelhos e outras quinquilharias, os indígenas cortavam e levavam a madeira para os navios.

Em 1511, tivemos a primeira exportação de pau-brasil para Portugal. Além das madeiras, eram exportados macacos, saguis, gatos, papagaios e indígenas. Já em 1512, com a introdução do produto no mercado europeu, o termo “Brasil” virou oficialmente sinônimo de América portuguesa.

Apesar de dar nome ao país, o ciclo da madeira durou pouco. Não porque o Pau Brasil tinha acabado ou fosse de difícil cultivo, mas assim como a busca por especiarias na Índia era mais lucrativa para a coroa portuguesa, a extração e venda do Pau Brasil passou a ser menos lucrativa que a “a especiaria tropical” que viria a suplantá-la a exploração da madeira naquele momento.

A dúvida que fica é: se o que viria a acontecer no futuro fosse o ponto inicial de exploração colonial, nosso nome seria Açúcar? E hoje seria Soja?

Figura 12: Extração do Pal Brasil pelos índios



Disponível em:

<https://conhecimentocientifico.r7.com/ciclo-do-pau-brasil-exploracao-sem-limites-que-quase-extinguiu-uma-especie/>

2.1.3 - Tão doce a casa da cana de açúcar

Para entender a implementação da cana de açúcar no Brasil e sua produção em massa, precisamos compreender melhor a história do açúcar, assim como fizemos com as especiarias.

No século XVI, disseminou-se o desejo por produtos doces, o que teve um efeito direto na solução comercial e territorial do reinado português. “É apenas a partir de 1650 que o açúcar, em especial aquele feito de cana, converte-se de um luxo raro num produto corriqueiro e basicamente obrigatório” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.68).

Portugal "fez desse tipo de economia uma solução para o problema que enfrentava em seus domínios tanto na África como na América" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.69). Além dos desafios em manter as Américas e África portuguesas funcionais, outro fator econômico impulsionou Portugal a investir na cana-de-açúcar. Como Schwarcz e Starling (2015, p.69) citam, naquele período, o mundo via a produção açucareira do Mediterrâneo entrar em decadência, abrindo espaço para um monopólio do mercado de açúcar com uma demanda crescente naquela época.

Assim tudo se inicia quando

D. Henrique importaram-se da Sicília as primeiras mudas de cana, plantadas, inicialmente, na ilha da Madeira, que logo se tornou o maior monocultor do Ocidente, produzindo no princípio do século XVI mais de 177 mil arrobas de açúcar branco e 230 mil de açúcar mascavado, além de outras qualidades inferiores. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.69)

Após o declínio da ilha da madeira foi

em São Tomé que a indústria da cana prosperaria. Já nesse contexto, a mão de obra utilizada na produção era escrava. Só no ano de 1516 ali desembarcaram 4 mil escravos e, em 1554, a população era composta de seiscentos brancos, o mesmo número de mulatos e 2 mil cativos empregados na lavoura. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.70)

Em São Tomé, já vemos o desenho completo, quase um protótipo do que viria a ser o Brasil. "Uma espécie de grande experimento para as atividades futuras no Brasil: as técnicas de produção, a organização interna, a proporção entre colonos e escravos virariam lições bem aprendidas e logo aplicadas" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.70), não somente com a cultura do açúcar, mas também no plantio do café e nas minas de ouro. Mas São Tomé não durou para sempre, como podemos imaginar. Para além do ganho de importância do Brasil na produção da cana de açúcar, devido à "sua proximidade com a costa da África, a ilha se transformaria em verdadeiro entreposto do tráfico atlântico de escravos para o Novo Mundo." (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.70). Como entenderemos logo mais, "esse comércio era tão lucrativo para a metrópole portuguesa que acabou virando a atividade principal da ilha. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.70). Conforme foi desenhado nas ilhas anteriormente, a exploração da cana de açúcar só seria

realmente lucrativa para a metrópole se tivéssemos uma vasta mão de obra para implementar o mesmo que ocorreu anteriormente em um território como o Brasil. E aqui faço das palavras de Schwarcz e Starling as minhas com algumas ressalvas.

Difícil entender como este local, perdido entre o paraíso e o inferno, iria aos poucos se definir como um território importante para o comércio de doçura e fazer largo uso do chamado “trato dos viventes”, também conhecido como “infame comércio de almas”. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.67)

Na verdade, é bem fácil de entender e, de certa forma, lógico para o pensamento de Portugal. A grande questão é que Portugal, diferentemente dos seus projetos no Oceano Atlântico, tinha em Pindorama um grande excedente de mão de obra na figura dos povos indígenas. Não tardou para que a relação de escambo entre a metrópole e os povos originários ganhasse um novo capítulo e uma nova estrutura de relação entre os povos. É aqui que se intensifica o processo de genocídio aos povos nativos da América portuguesa, América portuguesa porque agora essa terra tem novo dono, processo esse que se perpetua até os dias de hoje.

Figura 13: Engenho de Açúcar



Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/economia-acucareira.htm>

2.2 - Escravidão indígena: presos em sua propia casa

2.2.1 - Quem eram?

Antes de serem forçados a serem escravos aqui, é importante humanizar essa população e colocá-los em pé de igualdade com a população europeia que os subjugou, não somente de forma física, mas também na história que se conta sobre esse momento da história.

Schwarcz e Starling (2015, p. 59;62) explicam que antes da chegada dos europeus à América, os indígenas de Pindorama dividiram-se em diversos sistemas sociais. Não eram isolados, muito pelo contrário, articulavam-se tanto local como regionalmente, com redes comerciais que uniam locais e regiões distantes entre si. Com uma grande variação de tamanho de aldeia e populacional, alguns grupos se estendiam ao longo de rios por até sete quilômetros. Para além da abrangência populacional, tinham também uma grande complexidade estrutural, com atividades político-cerimoniais. Em alguns lugares, devido à grande riqueza de recursos, como, por exemplo, na área dos Tupinambas e Guarani, havia uma população de 1 milhão e 1,5 milhão, respectivamente, somente nesses dois tipos de agrupamentos.

Assim o panorama

Às vésperas da colonização havia, portanto, um vasto contingente populacional espalhado pelo continente, apresentando diferentes formas de articulação social, econômica e política em escala regional e local. Se a chegada de Cabral significou um desastre para essas populações, não há por que descrever apenas perdas em vidas, terras e na cultura.(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.65)

Para além disso, é importante desmentir a pseudo passividade completa da população nativa. “A violência esteve presente desde o início do “encontro”, quando os colonizadores tomaram portos e saquearam povoados, tendo sido recebidos por guerreiros com largo aparato bélico local: canoas equipadas, flotilhas com setas envenenadas. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.59). A resistência existiu em alguns casos, mas não bastou para os aparatos portugueses, tanto bélicos como ideológicos. Assim, tudo se inicia.

2.2.2 - Assim tudo se inicia

Dessa forma, vemos no Brasil duas formas de recepção dos colonos: uma mais agressiva, ao defender suas terras, e outra mais pacífica, por meio da relação comercial de escambo, onde a mão de obra indígena era trocada por quinquilharias. Essa segunda passa por transformações com o passar do tempo, mudança essa causada pelos portugueses. Assim, temos os dois momentos delimitados da seguinte forma:

Enquanto os produtos oferecidos pelos portugueses atraíam os índios, o sistema de trocas funcionava bem: o pau-brasil e os alimentos desejados eram conseguidos. Seja, porém, pelo ritmo de trabalho dos índios, seja pelo seu desinteresse total em servir os portugueses uma vez satisfeita a curiosidade pelos produtos europeus, o escambo não mais resolvia a necessidade dos comerciantes lusitanos. Partiu-se, então, para a escravização do índio. (PINSKY, 2012, p. 18)

A partir daí, o que aconteceu foi um verdadeiro morticínio. “Uma população estimada na casa dos milhões em 1500 foi sendo reduzida aos poucos a cerca de 800 mil, que é a quantidade de índios que habitam o Brasil atualmente” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.54). Alguns foram os motivos para esse volume extremo de morte. O primeiro foi a barreira epidemiológica favorável para os europeus, ao contrário do que havia ocorrido com eles na África. Para além disso, temos a implementação do processo de divisão dos povos nativos onde

Havia nesse contexto índios aldeados e aliados dos portugueses, e índios inimigos espalhados pelos “sertões”. A diferença entre “índios amigos” e “gentios bravos” gerava por sua vez uma divisão clara na legislação indigenista. Aos índios aliados era garantida a liberdade em suas aldeias, e deles dependia o sustento e a segurança das fronteiras. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.54)

Mesmo os índios aldeados, o processo de contato tinha seus prejuízos, mesmo sendo aliados. Em primeiro lugar, eles eram “descidos” — transportados de suas aldeias no interior para perto das povoações portuguesas —, para depois serem catequizados, civilizados, e assim transformados em “vassalos úteis” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.54). Além disso, os aliados eram aliados de guerras, “quase todas as vezes em que nos documentos coloniais se menciona a guerra, não se esquece de incluir a necessária presença dos aldeados e dos aliados: estes últimos, os Tapuia amigos”(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 54,55).

Essa aliança não era somente necessária para os conflitos internos, quando falamos sobre conflitos internos é muito relevante a participação dos povos indígenas aliados. “Eles seriam, nos termos de época, “as muralhas do sertão”, povos estratégicos para impedir a entrada de estrangeiros. Esse contingente é que foi mobilizado para expulsar o grupo de Villegagnon, o qual, por sua vez, se uniu aos Tupinambá, os amigos dos franceses”. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.55).

Os povos não aliados eram atacados com a justificativa de guerras justas, inicialmente “eram aquelas que deviam ser travadas – uma vez autorizadas pela Coroa e pelos governadores – em legítima defesa contra tribos antropofágicas” (PINSKY, 2012, p. 19). Mas em meio à busca por um maior volume de mão de obra, eram justificadas como o combate “aos povos que, sem o conhecimento da fé, nem ao menos poderiam ser tratados como infiéis” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.55), expandindo as causas de Guerra justa para: “recusa à conversão, hostilidades contra vassalos e aliados portugueses, a quebra de pactos” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.55).

Dessa forma, os portugueses dividiam os nativos da seguinte forma: “se a “liberdade” — entendida como a catequese nos aldeamentos — era o “presente” dos índios aliados, a escravidão era o destino dos índios inimigos. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.55)

Percebe-se que, apesar de termos como pior tipo de relação aquela que leva à escravidão indígena, não podemos deixar de refletir sobre o genocídio cultural que foi o processo de relação pela religião, em sua grande parte da ordem dos jesuítas. Conforme cita Fausto (2006, p. 49), a concepção missionária tinha o foco de transformar os indígenas em novos cristãos, nas palavras deles, transformá-los em “bons cristãos”, que consistia não somente no teor de aprendizado religioso, mas também na absorção dos hábitos europeus. Entre esses hábitos que os indígenas deveriam adquirir estava o hábito do trabalho, onde, por exemplo, criavam-se grupos de cultivadores indígenas que estavam subjugados à necessidade da colônia e, por consequência, da metrópole.

2.2.3 - Ah as Bandeiras

Mesmo com essa relação conturbada exposta anteriormente, tudo poderia piorar para os povos indígenas. No atual estado de São Paulo, “em 1548, existiam 3

mil escravos índios no litoral da capitania, todos disponíveis nos seis engenhos locais” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.63). Tudo ganhava uma nova forma com os primeiros movimentos dos Bandeirantes. Nele

as primeiras bandeiras, ocorridas entre 1580 e 1590, tomaram a forma de “guerras justas”, regressando a São Paulo com um grande número de índios capturados. Entre 1600 e 1641 as populações Carijó, do grupo linguístico guarani — localizadas ao sul e a sudoeste de São Paulo —, foram as mais visadas. O movimento atingiu seu ápice nas décadas de 1620 e 1630, quando, ao arrepio da lei e diante do protesto dos jesuítas, expedições bandeirantes quase pareciam grupos paramilitares, tal era seu tamanho e os recursos mobilizados.(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.63)

“A se confiar nos números geralmente apresentados, cerca de trezentos mil indígenas foram aprisionados e escravizados, dos quais uma terça parte transportada para outras capitanias.” (PINSKY, 2012, p. 18). Nesse processo, com cita Pinsky (2012 p.18) a escravidão ocorreu de diversas formas, tanto formais como informais, e até mesmo de maneira voluntária, onde indígenas viam-se obrigados a vender ou entregar algum familiar em troca de um prato de comida.

Com citam Schwarcz e Starling (2015, p.64), De fato, iniciava-se um círculo vicioso no qual a escassez de mão de obra, causada por diversos motivos - entre eles, a morte por excesso de trabalho - incentivava os Bandeirantes a intensificar o processo de interiorização das expedições, levando à mortandade dos indígenas, seja pelas armas ou pelas epidemias.

2.2.4 - Resistências

Em meio a esse caos, Schwarcz e Starling (2015, p. 73) citam o surgimento entre os nativos de insurreições por meio de cultos sincréticos ou messiânicos, que os portugueses chamavam de Santidade. Esses movimentos prometiam o fim da escravidão, o fim do domínio branco e a bem-aventurança. O mais importante desses movimentos foi a Santidade Jaguaripe, que ocorreu no Recôncavo Baiano. Apesar de expedições punitivas, esse movimento teve um crescimento exponencial, e em 1610 o governador da rica capitania da Bahia mencionava a existência de 20 mil insurretos.

Entretanto, não durou muito, pois a partir de 1613 "a metrópole conduziu verdadeiras guerras de extermínio contra as Santidades, e após 1628 já não haveria referências a elas" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 73).

2.2.5 - Objetivos distintos, problemas à vista

Se as insurreições não conseguiram ser uma resposta viável dos povos indígenas contra a metrópole, o que poderia motivar a substituição da mão de obra indígena pela africana?

O início da resposta começa pelas ferramentas que a metrópole utilizou para dominar os povos nativos. Lembrem-se de que havia duas formas de opressão dos povos indígenas: a força bruta, com a motivação das "Guerras Justas", e a motivação religiosa da catequização para transformá-los em novos cristãos.

As duas políticas não se equivaliam. As ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, nascendo daí inúmeros atritos entre colonos e padres. Mas estes não tinham também qualquer respeito pela cultura indígena. Ao contrário, para eles chegava a ser duvidoso que os índios fossem pessoas. Padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, dizia que "índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem". (FAUSTO, 2006, p. 49,50)

Mas para que o sistema colonial funcionasse, era preciso que “a roda do engenho girasse sem parar, o mais fundamental era a manutenção da mão de obra” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 86,87). “Entretanto, com as dificuldades para obter mão de obra — por conta da proteção cada vez mais ostensiva dos jesuítas aos indígenas e das fugas frequentes destes”(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.73), não tínhamos a possibilidade de manter a colônia em pleno funcionamento.

Além disso, de acordo com Marquese (2006, p. 111), a pressão dos jesuítas levou Portugal a criar leis que coíbiavam de forma parcial a escravização indígena. Tudo isso ocorreu paralelamente ao aprimoramento do tráfico negreiro transatlântico português após a conquista definitiva de Angola no final do século XVI.

Os números do tráfico bem o demonstram: entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar (MARQUESE, 2006, p 111)

Mas isso não significa que os indígenas foram libertos por completo após essa mudança na principal fonte de mão de obra. “Os paulistas, por exemplo, comportaram-se até o século XVIII como aprisionadores de índios, que ou vendiam

ou utilizavam como mão de obra escrava nas fazendas agrícolas do planalto de Piratininga”(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.88).

É importante ressaltar que, com a mudança na fonte de mão de obra cativa, nem a Coroa nem a Igreja se opuseram à escravização negra, e a explicação para isso era óbvia.

Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. (FAUSTO, 2006, p. 52)

Importante refletir sobre o que citar o que Boris Fausto (2006, p.49) sobre os indígenas e a sua relação com: trabalho, vida e sociedade em pindorama perto de se tornar Brasil por completo com a implementação dos trabalho escravo africano.

Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles. (FAUSTO, 2006, p. 49)

Uma realidade totalmente diferente, mas reflitam sobre serem diferentes, não errados ou qualquer sinônimo que os coloquem em uma estrutura de invasores da sua própria casa. Não foi o que os portugueses fizeram desde o primeiro contato com eles.

Boris fausto ainda pondera sobre um ponto muito importante da resistência indígena em tempos de escravidão institucional

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde era implantados à força, os índios se encontravam em sua casa. (FAUSTO, 2006, p. 50)

É importante refletir também sobre como a primeira população forçada a entrar no sistema de escravização do brasileiro, mesmo resistindo de diversas maneiras e tendo o terreno a seu favor - visto que já residiam aqui há séculos - não foi o bastante para conseguir suplantam o domínio português. Onde somente fatores

externos, no fim, foram realmente relevantes para que isso pudesse diminuir - percebam, diminuir, não cessar, lembrem-se da situação indígena em São Paulo - pois a escravidão indígena não foi completamente abolida. Se foi assim para os indígenas, imagina para os escravos africanos? Percebam como, cada vez mais, o processo de escravidão se torna hegemônico, especializando-se e fortalecendo-se até um ponto em que essa escravidão já se torna até mesmo subjetiva. Talvez isso seja assunto para um próximo capítulo.

2.3 - Escravidão Negra: uma viagem para a america com tudo pago

2.3.1 - Assim um novo tudo se inicia com o nascimento de uma nova nação

“Os oceanos, que até então haviam separado povos e culturas, agora estimulavam o contato, compulsório, graças às novas rotas marítimas e contando com as correntes favoráveis” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.108). Isso não ocorreu à toa, como citado por Schwarcz e Starling (2015, p. 109) com a implementação do plantation em diversos locais da América - aqui não somente as terras portuguesas - os portugueses viam o potencial de mercado em grande escala que poderia ter a oferta abundante de mão de obra de cativos africanos. Segundo Boris Fausto (2006, p. 51), nas últimas décadas do século XVI, o comércio negro já estava razoavelmente montado, e acima disso, já vinha mostrando sua potencial lucratividade. E não tardou a acontecer; calcula-se que se transportou para “as Américas de 8 milhões a 11 milhões de africanos durante todo o período do tráfico negreiro; desse total, 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.110).

No Brasil, seu custo do cativo no apogeu da economia açucareira, segundo Fausto (2006 p.51), era pago com 13 a 16 meses de trabalho; no ápice da inflação do mercado negreiro, o custo era coberto por 30 meses de trabalho. “A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros” (FAUSTO, 2006, p. 51). Dessa forma, os maiores fluxos para cada porto brasileiro dependeram da situação econômica do mercado no momento.

Assim, os dois principais mercados receptores da população africana, Salvador e Rio de Janeiro, se dividem dessa forma segundo Fausto (2006, p. 51): Salvador: Com mercado dominante e a valiosa moeda do ducado produzida no Recôncavo, tiveram domínio do mercado nos séculos XVI e XVII, onde a origem das populações escravizadas é predominantemente de Guiné (Bissau e Cacheu) e Costa de Mina, além do golfo de Benin. Rio de Janeiro: Com o avanço do mercado açucareiro, a descoberta das minas de ouro e o crescimento urbano da capital no início do século XIX, receberam sobretudo africanos provenientes de Angola, região dominada por Portugal por volta do século XVII.

Apesar das origens fixas em alguns portos, assim como os escravos eram distribuídos para outros estados quando chegavam ao Brasil, não limita-se a origem de cativos provenientes de outras terras na África interior, lembrando que os portos de escravos muitas vezes eram somente regiões de concentração de comércios desses corpos.

2.3.2 - Um passado antes de Pindorama

Ao tratarmos os africanos que vêm para o Brasil somente como escravos,

é como se víssemos o negro como sendo “naturalmente” escravo (ao contrário do índio), destituído da vida em liberdade. Isso ocorre porque o índio era visto em estado de liberdade, enquanto o negro, ao chegar aqui, já tinha passado pela experiência da captura, escravização, transporte através do mar e o consequente desenraizamento, deslocado que era do seu habitat e de sua organização social. (PINSKY, 2012, p. 30)

Sendo assim, é importante lançarmos um olhar um pouco mais crítico sobre a África daquela época e entendermos que “no início do tráfico mercantilista, podemos reconhecer desde grupos com organização social tribal, como povos já divididos em classes sociais e sociedades tribais-patriarcais”. (PINSKY, 2012, p. 30). Para além disso, o domínio sobre atividades como: “agricultura, pecuária, artesanato com madeira e metais” (PINSKY, 2012, p. 30).

Assim, os povos africanos eram escravizados pelo sistema de tráfico negreiro, conforme Pinsky (2012, p. 35, 37), sendo eles guinéus, angolanos, bantus, sudaneses, minas, entre diversos outros, com multiplicidade de etnias, clãs, todos apanhados pelo sistema mercantil, independente de suas línguas, religiões e hábitos. Tanto os filhos de tribos pastoras, agricultoras, habitantes das savanas ou das florestas eram desenraizados, aprisionados, vendidos, escravizados, enviados a portos, vendidos e embarcados numa grande viagem para o desconhecido, onde nem mesmo seus deuses poderiam confortá-los. Dessa forma, esse sistema torna tudo mais irônico e cruel, onde os escravos adquiridos em troca de mercadorias produzidas por outras pessoas nas condições às quais estes estavam agora predestinados, dando continuidade a esse ciclo "DIVINO".

2.3.3 - A Prosperidade da escravidão é a prosperidade da colônia

Ciclo divino porque

Na hora do embarque, ainda tinha que ouvir o sacerdote – que ao colocar o sal em sua língua o batizava, pois pagãos não deveriam ir a um país cristão – insistir para que ficasse contente já que ia a um lugar onde aprenderia as coisas da fé; para tanto deveria deixar de “comer cães, ratos e cavalos”. (PINSKY, 2012, p. 40)

A partir do momento em que eram subjugados, os africanos escravizados se tornavam mercadoria. A lei de Portugal exigia que aos escravos fossem fornecidas três refeições diárias, dois litros e meio de água e que sofressem revisão médica. No entanto, como destaca Pinsky (2012, p. 41), apenas as disposições de interesse dos traficantes eram cumpridas. Esses traficantes não viam os escravos como pessoas, mas simplesmente como mercadoria, focando-se, assim, exclusivamente no lucro.

Dessa forma partiam em direção ao Brasil

uns quinhentos numa caravela, setecentos num navio maior – cerca de mil toneladas – iniciavam a viagem que demorava de 35 a cinquenta dias a partir de Angola até Recife, Bahia ou Rio de Janeiro, numa viagem normal. Calmarias ou correntes adversas podiam prolongar a travessia até cinco ou mesmo seis meses, tornando mais dantescas as cenas de homens, mulheres e crianças espremidos uns contra os outros, vomitando e defecando frequentemente em seus lugares, numa atmosfera de horror que o calor e o mau cheiro se encarregaram de extremar. (PINSKY, 2012, p. 41)

Não à toa, “os cronistas registram que navios negreiros eram pressentidos nos portos pelo odor que os antecipava e que persistia mesmo quando já estavam livres de sua carga” (PINSKY, 2012, p. 41). Mas o cheiro era o menor dos problemas vinculados ao tráfico negreiro. Se considerarmos “que entre brancos, lá pelo século XVII, a taxa média de mortalidade não passava de 1 % em cada travessia” (PINSKY, 2012, p. 42), já entre os escravos, segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 113), a média chegava a 10%. “Para se ter uma ideia melhor, registre-se que, na França da época, essa quantidade de falecimentos era considerada sinal claro de epidemia” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.113). Em caso de viagens mais longas, se “os ventos não fossem favoráveis, esse prazo poderia se estender, e então a falta de víveres seria ainda mais severa, elevando as mortes para cerca de 20% dos transportados” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.113). Essas elevadas taxas são reflexo de diversos motivos onde “há registros de mortes por suicídio: cativos

precipitavam-se ao mar ou recusavam sistematicamente a alimentação oferecida. Isso sem esquecer a constante superlotação”(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.113). Para entender em números o volume de mortes que o processo do mercantilismo causou, é preciso entender que esse processo de mortandade é mais complexo do que o número de pessoas que morreram efetivamente na travessia, dessa forma Pinsky talvez tenha uma melhor visão da composição da máquina de matar que foi o tráfico negreiro.

Quantos negros morreram na travessia do Atlântico em direção ao Brasil? É comum afirmar-se que quatrocentos mil saíram da África e nunca chegaram ao Brasil. Porém esse número, por substancial que seja, é apenas a ponta do iceberg da mortandade que consiste na transformação do negro em mercadoria. O historiador Luiz Felipe de Alencastro desvenda cruamente a dimensão trágica do tráfico. Segundo ele, 40% dos negros morriam nos primeiros seis meses subsequentes ao seu apresamento, no interior da África, a caminho do litoral. Doze por cento dos sobreviventes morriam durante o mês em que ficavam nos portos, aguardando o transporte. Durante a travessia, morriam 9% dos que embarcavam, e metade dos que chegavam morriam durante os quatro primeiros anos de Brasil! Dessa forma, embora os números absolutos variem conforme a fonte consultada, o estágio atual dos estudos históricos aponta para as seguintes cifras como as mais prováveis:
Assim de 8.330.000 negros aprisionados, só dois milhões teriam conseguido sobreviver por mais de cinco anos. Mais de seis milhões de mortos. (PINSKY, 2012, p. 42,43)

Importante ressaltar que essa realidade exposta por Pinsky faz referência somente ao mercado de escravos brasileiro; dessa forma, é importante refletir sobre o número de vidas que não é tão documentado e que se estende para toda a América. Para além do impacto em nossas terras, é crucial refletir sobre o impacto cultural no continente africano que esse processo deixou como herança.

Se, de um lado, temos a herança de destruição, seja de vidas como cultural, do outro temos um negócio muito lucrativo. Com o processo de inviabilização da escravidão indígena em território brasileiro, o sistema de escravidão africana surge como grande solução. Para esse sistema, ser altamente lucrativo “foi vital a consolidação do sistema atlântico bipolar unindo a África aos portos brasileiros, assegurada pela reconquista de Angola em 1648” (MARQUESE, 2006, p 113). Assim, temos um sistema “em que seres humanos viravam mercadoria e seu comércio resultava em vultosos lucros: primeiro para os negociantes africanos, depois para Portugal, e depois ainda para os próprios comerciantes brasileiros. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.88). Dessa forma, com o passar do tempo, foi se

percebendo “com o decorrer do tempo, a escravidão africana e o complexo da cana mais pareceriam com um par lógico e inseparável, tal seu grau de associação foi se aprofundando.” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.89)

2.3.4 - O negro no Brasil

Conforme Schwarcz e Starling (2015, p. 111; 121), se dependesse dos senhores de escravo brasileiros, eles sempre trabalharam com a maior diversidade de etnias não porque eram grandes amantes da amplitude da diversidade cultural, mas sim porque assim a comunicação interna dos cativos seria mais um empecilho para as fugas e rebeliões deles. Quando tivemos o auge da escravidão, a preferência dos proprietários de terras era sempre pelos recém-desembarcados, menos aculturados ou habituados ao local, novamente, não por outros motivos além de evitar fugas e rebeliões.

A criação de escravos, como ocorria nos EUA, era desaconselhada no Brasil devido à baixa fecundidade e alta mortalidade da população em situação de escravidão. Vários motivos explicam esse fenômeno: “a subnutrição, que costuma retardar a menarca; o trabalho excessivo, e a desproporção numérica entre os sexos”(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.121), esses eram alguns dos motivos, para além de questões culturais e o monopólio do mercado escravo do Atlântico.

Quando chegavam no Brasil, “os escravizados eram em geral conhecidos pelo nome de batismo e identificados adicionalmente por sua cor e local de nascimento. Como havia muitos escravos chamados João, a prática mais comum foi diferenciá-los a partir da origem: João Angola, João Cabinda e João da Guiné.” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.122). Não à toa vemos semelhança com os nomes de imigrantes do nordeste para o sudeste que recebiam os nomes de seus estados de origem ou pior o estado ao qual pareciam que viam. Outra possibilidade de nome que eles recebiam estava ligada aos seus donos assim

a ele se acrescentava “escravo de Antonio dos Santos”, por exemplo. Em caso de libertação e alforria, não era raro que o liberto levasse consigo o sobrenome de seu ex-proprietário — Felix Maciel foi escravo de Belchior Maciel. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.122)

Dessa forma, estendendo os laços de dependência, conforme dito por Schwarcz e Starling (2015, p. 122), os laços de dependência não tinham fim no

momento de sua liberdade, criando assim um vínculo de parentesco quase espiritual, significando assim um laço de lealdade que deveria ser mantido mesmo com o fim da escravidão, dando aspectos de que a escravidão no Brasil fosse um destino eterno e sem volta.

Para além da ligação de alma em caso de liberdade, quando dentro do sistema de dono e escravizado, tinha a seguinte conjuntura: “a vida cotidiana do escravo se desenvolvia, não em função de suas próprias escolhas, mas em decorrência das tarefas que lhe eram atribuídas” (PINSKY, 2012, p. 53). Naquela situação de vida ou subvida da pessoas em situação de escravidão passava a ser coisa, onde por estrutura sua função era a “de executar, por outro lado, vontades que não eram suas, mas do senhor” (PINSKY, 2012, p. 53).

Por exemplo, sua jornada nas fazendas tinha uma agenda brutal, segundo Pinsky (2012, p. 54, 56) eram comuns jornadas de trabalho de quinze a dezoito horas diárias começando na madrugada. O almoço era servido às 10 horas da manhã, com um cardápio pouco pensado para a situação dos cativos - feijão, angu de milho, abóbora, farinha de mandioca e, eventualmente, algumas partes desprezadas do porco além de alguma fruta da estação. À uma hora da tarde, tinham o café com rapadura, que nos dias frios tinha cachaça no lugar do café. Às 4 da tarde, hora do jantar, comiam o mesmo que no almoço. Depois, descanso de alguns minutos e, posteriormente, mais trabalho até escurecer. Documentos da época ainda registram reclamações recorrentes dos senhores relacionadas à suposta preguiça dos negros.

Esse regime de trabalho brutal às vezes levava à morte de cativos, por exemplo, “os trabalhadores com quarenta anos ou mais. Nos inventários de propriedades açucareiras, 6% morriam de “cansaço”: exaustão, falência do corpo” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p, 127).

Assim continuava o ciclo de violência sobre os negros em terras brasileiras, pelo trabalho, trabalho esse repetitivo, cansativo e extremamente laborioso, quase um processo de violência por si só. Para além disso, “o trabalho compulsório impunha a introjeção da autoridade do senhor e uma sensação constante de medo, lograda pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p, 123).

Outras questões também são importantes de serem levantadas que ainda hoje reverberam de alguma maneira uma estrutura quase similares onde

Se a casa grande delimitava a fronteira entre a área social e a de serviços, a mesma arquitetura simbólica permaneceria presente nas casas e edifícios, onde, até os dias que correm, elevador de serviço não é só para carga, mas também e, sobretudo, para os empregados que guardam a marca do passado africano na cor. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p, 124)

Outro exemplo está em processo mais simples do dia-a-dia como simplesmente circular sozinho na rua, “se na época da escravidão indivíduos negros tráfegando soltos eram presos “por suspeita de escravos”, hoje são detidos com base em outras alegações que lhes devolvem sempre o mesmo passado e origem.” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 125).

2.3.5 - Um Brasil Palmariano

Com todo esse processo tanto de opressão física como ideológica acabou por gerar movimento de resistência, o mais famoso veio a ser o Quilombo de Palmares. Segundo Marquese (2006, p. 107,108) tem origem no século XVII, mas sua formação como grande centro quilombola só acontece no contexto da invasão holandesa em Pernambuco. Palmares surgem como núcleo original com 40 escravos, todos fugidos do mesmo engenho de açúcar que subiram a serra da barriga na zona da mata onde hoje é o atual estado de Alagoas possivelmente por volta de 1597 (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,135).

O local que os cativos se reuniram era

rodeado de serras e inteiramente despovoado, proporcionou aos fugitivos um abrigo natural, capaz de funcionar como uma muralha contra ataques. A palmeira, onipresente na região, forneceu-lhes sustento e conforto, incluindo a alimentação feita do coração da árvore — o palmito — e o trançado de cordas para fabrico de armadilhas, peças de vestuário e coberturas de casebres. Poderoso ímã, a palmeira atraiu os cativos e batizou seu esconderijo. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 136)

A prosperidade quilombola aconteceu devido

aos recursos que tirava da mata, às roças que plantava — milho, mandioca, feijão, fumo, batata-doce —, a seus criatórios de galinhas, e, é claro, graças à maneira como convivia com a sociedade que se desenvolvia em seu entorno. Todos os quilombos iniciaram alguma forma de convivência amistosa com os vizinhos. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,134)

A relação com os povos vizinhos era muito importante para a sobrevivência dos quilombos, vale ressaltar que nem todos os quilombos viviam como palmares alguns vivem de assaltos para saques para sobreviver mas “nem os quilombos que escolheram sobreviver de assaltos e saques podiam prescindir da cumplicidade gestada no interior da rede de relações e interesses” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,135)”

A prosperidade de palmares foi tanta tanto na sua relação com os vizinhos como na sua relação interna que

Em seu momento de maior crescimento, Palmares chegou a abrigar aproximadamente 20 mil habitantes — desse total, viviam na Cerca Real do Macaco em torno de 6 mil, quase a população do Rio de Janeiro, calculada, por volta de 1660, em 7 mil pessoas, incluindo índios e africanos.³⁷ (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,137)

Com o progresso de Palmares chegando aos ouvidos da metrópole começam-se a se explorar formas de se destruir a unidade do quilombo através das expedições, “a primeira expedição portuguesa contra Palmares data de 1612; a última, quando Zumbi foi derrotado, ocorreu em 1694” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,137) quase 100 anos de tentativas de destruição do agrupamento.

Assim foi desenhando “uma estratégia de destruição sistemática: ataques anuais, envio de missões de reconhecimento, e a eliminação das ligações comerciais entre as vilas e os quilombos. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,137, 138). Mesmo com o fracasso das expedições Portugal se beneficiou do surgimento de divisões internas nas lideranças quilombolas a principal ocorre em 1678 onde

representantes portugueses e uma expressiva comitiva de rebeldes enviados por Ganga Zumba reuniram-se no Recife para celebrar o tratado de paz proposto pelas autoridades coloniais. O acordo previa devolver aos agentes da Coroa os escravos fugidos — vale dizer, todos os moradores que não tivessem nascido nos quilombos — e, do ponto de vista luso, tinha o objetivo estratégico de liquidar com os profundos laços de cumplicidade e reconhecimento entre os quilombolas e os cativos. Em troca, Portugal garantia alforria, terras sob a forma de sesmarias e foro de vassallos da Coroa para os naturais de Palmares. O acordo do Recife opôs Ganga Zumba a Zumbi, anulou a unidade entre os quilombolas e deu início ao período mais violento da história daquela comunidade de quilombos. Considerado traidor, Ganga Zumba foi envenenado; seus chefes militares, sumariamente degolados. Nos quinze anos que se seguiram, Zumbi liderou a guerra palmarina contra as autoridades portuguesas, resguardou a autonomia dos quilombos e assegurou a liberdade de seus habitantes. A guerra só se encerrou em 1694, com a queda da Cerca Real do Macaco, depois de 42 dias de sítio, da derrota e execução de Zumbi, e da

destruição, a ferro e fogo, de Palmares. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,138)

Não sabemos o que ocorreria com Palmares se o acordo tivesse sido assinado em 1678, mas sabemos que existe um Brasil antes e depois de Palmares, e como isso teve impacto direto sobre o tratamento dos negros no Brasil nos próximos séculos.

2.3.6 - Um Brasil Pós-Palmariano

A dúvida que se indaga na mente do imaginário brasileiro é por que, com tantos anos de escravidão, não surgiu um novo quilombo tão influente quanto Palmares? A dúvida se torna mais forte ainda com o fato de que

a atividade quilombola se ampliou no século XVIII, com o aumento do volume do tráfico negreiro transatlântico e a formação dos núcleos mineratórios no interior do território, assumindo diferentes modalidades de norte a sul da América portuguesa. (MARQUESE, 2006, p 108)

Entretanto, alguns fatores impactaram o possível sucesso desses quilombos para Marquese (2006, p. 108). As mudanças na legislação escravista portuguesa tiveram grande impacto sobre o surgimento de novos movimentos com esse tamanho, seja pela resignificação do que seria um quilombo, que passou a ser, nas palavras da lei, “qualquer ajuntamento composto de alguns poucos escravos fugitivos teriam tolhido, já no nascedouro, a formação de comunidades rebeldes com as proporções de Palmares” MARQUESE, 2006, p 108). Assim, “de tão temerosas, as autoridades portuguesas logo proibiram a aglomeração de mais de seis escravos fora do trabalho” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,132). Escravo aqui entenda como qualquer corpo negro que poderia ser parado pelas autoridades, assim como é feito nos dias de hoje.

Como agravante, temos o surgimento talvez de uma das principais figuras de opressão do escravo em terras brasileiras. Infelizmente, assim como Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, o governo português criou, como figura de opressão, o capitão do mato, que “entre os séculos e XIX, circularam pelo território brasileiro XVII milhares de capitães do mato, muitos dos quais eram ex-escravos que se gabavam de conhecer, melhor do que ninguém, o comportamento de um

fugitivo”(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,140). O Capitão do Mato se tornou "um personagem indissociável da escravidão" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 140),

uma força especializada na perseguição do escravo fugido, uma espécie de tropa profissional, fortemente militarizada, com autorização para capturar negros fugidos nas estradas, na mata fechada e nos quilombos — e com ordem para matar, incendiar e destruir qualquer foco de resistência. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p,140)

2.4 - Complexidades

2.4.1 - Cor como demarcador social

Assim, o Brasil, após todo o processo de inclusão do último grupo populacional que forma a gênese do povo brasileiro, se vê em um mar de complexidades que vão reverberar no processo de liberdade do país. Como o próprio subcapítulo diz e roubando as palavras de Schwarcz e Starling (2015, p. 95, 96, 97), para mim, a cor logo se tornou um marcador social que delimitava a classificação social e os status na sociedade. Com o tempo, a escravidão ficaria associada para os africanos e seus descendentes, penetrando assim na sociedade colonial e posteriormente no Brasil Império, a figura do preto como figura subserviente socialmente.

Como dizia o viajante Alexander von Humboldt: “En América, todo blanco es caballero”. Num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.91)

2.4.2 - Equilíbrio populacional

Outro ponto de complexidade da sociedade brasileira que acaba por oprimir a população cativa está ligado ao equilíbrio populacional. Segundo Marquese (2006, p. 117; 118), se nas ilhas açucareiras do Caribe inglês e francês havia um desequilíbrio enorme entre as quantidades de brancos e escravos negros, cerca de quatro escravos para um branco em Barbados, em São Domingos 15 escravos para cada branco, por exemplo, na América portuguesa a realidade era outra, com a miscigenação e o processo de libertação pela alforria de alguns escravizados. Dessa forma,

a população colonial brasileira no início do século XIX guardava as seguintes proporções: 28% de brancos, 27,8% de negros e mulatos livres, 38,5% de negros e mulatos escravizados, 5,7% de índios. (MARQUESE, 2006, p 117,118)

Tal realidade impedia movimentos de revoltas tão homogêneos como ocorreram em outros lugares na América. Somando-se a isso, a menor aglutinação

de revoltas que poderia ser possível no país devido à menor densidade demográfica proveniente da maior extensão territorial e unidade que a América portuguesa tinha.

2.4.3 - *Escravos em toda a sociedade Brasileira*

Somado à questão da proporção demográfica, temos a figura do escravo presente em toda a sociedade, não apenas no domínio da figura branca. Os escravos se distribuem “por diferentes faixas de riqueza, sem concentrá-los apenas nas mãos dos senhores mais capitalizados ou mesmo dos proprietários brancos” (MARQUESE, 2006, p 119). “Libertos com mais bens logo adquiriam cativos, e o mesmo ocorria com agricultores pobres. Ter escravos era símbolo de posse e de distinção, quase um cartão a avalizar prosperidade e estabilidade nessa civilização da cana” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.97). Dessa forma, temos quase que uma homogeneização da figura da população negra como efetivamente destinada apenas à posse, seja para a população branca, como para a população mestiça ou até mesmo negra com alguma posse na sociedade brasileira.

Capítulo 3 - Liberdade ou Morte e a Caixa de Pandora da Princesa Isabel

3.1 - Lutas por liberdade

3.1.1 - *Percepção da sociedade*

Após entender todo o processo de inserção dos escravos na sociedade brasileira, é importante compreender o processo de libertação para, então, entender o real processo de inserção deles em nossa sociedade. Se tudo aquilo é apenas um preâmbulo da existência dos corpos negros na sociedade brasileira, até aquele momento, eles são considerados apenas coisas. Por mais que tenhamos feito uma jornada sempre humanizando-os, é importante lembrar que eles não estavam efetivamente inclusos na sociedade. Aqueles libertos a partir da alforria ainda pagam pela associação com os corpos negros ainda presos pelo sistema de trabalho no Brasil.

Para entender a efervescência social que causou o fim da escravidão no Brasil, é preciso entender que

Após a Independência o governo brasileiro encontrava-se em uma situação complicada. Afora vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes, como toda a população livre, estavam convencidos de que o fim do tráfico de escravos, a curto prazo, provocaria um colapso na sociedade brasileira. (FAUSTO, 2006, p. 192)

Mas por que pôr um fim no tráfico de escravos se era tão lucrativo tanto para o Brasil quanto para Portugal? A questão é que, nesse período da história do mundo, o Oceano Atlântico já não era mais dominado pelos portugueses. Quem dominava a região agora era a Inglaterra, que “pressionava cada vez mais em sentido contrário” (FAUSTO, 2006, p. 192) e desejava o fim do tráfico negreiro. Enquanto isso, no Brasil, os grupos dominantes da sociedade “se apegavam ao trabalho escravo. Destacamos, entre elas, o fato de que não havia ainda uma alternativa viável ao trabalhador cativo na grande propriedade e a inexistência de rebeliões generalizadas de escravos” (FAUSTO, 2006, p. 194). Para entender mais a fundo todo o processo de libertação, também precisamos entender como se comportava a população negra naquela época, quais as suas lutas e a efetividade delas para a sua libertação.

3.1.2 - Revoltas

Com relação às revoltas internas na Bahia, tivemos diversas que se proliferaram na primeira metade do século XIX. Em 1808-9, negros mulçumanos desertaram de engenhos no Recôncavo Baiano, posteriormente foram mortos brutalmente ou aprisionados após serem caçados nas matas baianas. Em 1813, seiscentos negros da armação de Manuel Inácio da Cunha se revoltaram e atacaram todos os brancos que encontraram pelo caminho nas cercanias de Itapuã. Em 1835, a denúncia de negros libertos - denúncias recorrentes que abafaram muitos levantes no Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Sul do país - não foi o suficiente para impedir que dezenas de negôs se revoltassem e ocupassem por horas ruas e edifícios públicos de Salvador (Marquese, 2006, p. 121; Pinsky, 2012, p. 108, 109; Schwarcz e Starling, 2015, p. 400). No Maranhão e no Piauí, aquele que no futuro viria a ser chamado de Duque de Caxias, após 3 anos de resistência, conseguiu acabar com a resistência que ficou conhecida como a Balaiada, possivelmente o maior levante escravo brasileiro.

A impressão que se tinha era que tudo ocorria ao mesmo tempo: investidas cada vez mais agressivas na região do Prata e indícios do fim, lento e gradativo, da escravidão. Pairava um temor generalizado diante da extrema concentração de escravos na Região Sudeste, motivada pela expansão cafeeira nas décadas de 1830 e 1840. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 400)

Era um sentimento coletivo que dominava aquele momento do país, com os crimes cada vez mais violentos, rompendo com um dos principais tabus da sociedade escravista: "o monopólio do castigo corporal e da violência por parte dos brancos" (Schwarcz, Starling, 2015, p. 421).

Mas o que começou como uma possibilidade de liberdade acabou não tendo os resultados esperados. Para Marquese (2006, p. 121), o que diferencia os movimentos de libertação da América inglesa e francesa dos movimentos baianos é a falta de participação dos libertos e mulatos nos movimentos.

Muito pelo contrário, como esclarece João José Reis: mulatos, cabras e crioulos forneciam o grosso dos homens empregados no controle e repressão aos africanos. Eram eles que faziam o trabalho sujo dos brancos de manter a ordem nas fontes, praças e ruas de Salvador, invadir e destruir

terreiros religiosos nos subúrbios, perseguir escravos fugitivos através da província e debelar rebeliões escravas onde quer que aparecesse. (MARQUESE, 2006, p 121)

Mais uma vez temos a figura do "capitão do mato" presente nas situações de opressão da população. Ele até pode não ter esse nome, mas a função ainda é a mesma: impedir a aglomeração e organização dos movimentos negros.

Já no final do século, temos um movimento mais organizado e com mais aliados. Com a percepção do fim do império, multiplicaram-se os refúgios de escravos nas áreas urbanas. "Multiplicaram-se refúgios de escravos em torno da área urbana do Rio de Janeiro: o quilombo Camorim, na zona rural de Jacarepaguá; o quilombo Raimundo, no Engenho Novo" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 421). Na porção paulista, surgiam rotas de fugas para longe das fazendas de café "que seguia pela porção paulista do Vale do Paraíba e terminava no famoso complexo Jabaquara, instalado em área vizinha à cidade portuária de Santos" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 421). Já no final do século XIX, o complexo paulista tinha integrado a essa área pelo menos "três quilombos com lideranças próprias: o quilombo de Pai Filipe, o quilombo do Garrafão e o Jabaquara propriamente dito" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 421,422).

A partir de 1884, o grupo dos Caifases tinham integração com o quilombo Jabaquara, o grupo liderado pelo advogado Antonia Bento de Souza e Castro

encaminhou o maior número possível de escravos para o Ceará, província marginal ao centro de interesses do Império, com pequeno contingente de cativos, por onde a campanha abolicionista avançou rapidamente e onde a abolição ocorreu quatro anos antes do que no resto do país, à semelhança da província do Amazonas. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p 421,422)

No Rio de Janeiro

o quilombo do Leblon tornou-se famoso graças a uma particularidade: os escravos lá refugiados se dedicavam ao cultivo e ao comércio de flores, mais especificamente a produção de camélias brancas. A associação da flor com a Abolição foi uma bela jogada de propaganda executada pelo movimento abolicionista. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p 423)

Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 423), a Carmélia virou símbolo político. Portá-la na lapela do paletó ou cultivá-la no jardim era um gesto político, uma declaração da adesão à causa da abolição, sinal de apoio e proteção aos

cativos. O símbolo também foi evocado pelos abolicionistas do Recife. Pela primeira vez na história do país, o peso da legitimidade popular pela causa abolicionista crescia.

Prevendo esse movimento pró-abolição, “os senhores, prevendo o fim do regime, e tendo boa parte de seu capital imobilizado em escravos, passavam a exigir uma jornada ainda mais carregada de trabalho” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p 421).

3.1.3 - Oposição política

Para Schwarcz e Starling, o hábito político com o fim da Guerra do Paraguai teve o reavivamento das campanhas em prol da república e da abolição da escravidão. A partir daí, foram criados os partidos republicano, a Sociedade de Libertação no Rio de Janeiro e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil. Importante ressaltar que, apesar de contemporâneos ao movimento abolicionista, nenhum dos partidos tocava no assunto. Isso porque a aliança com os fazendeiros do Oeste Paulista, grandes proprietários de mão de obra escrava, era importante para eles derrubar a monarquia.

Os senhores, prevendo o fim do regime, e tendo boa parte de seu capital imobilizado em escravos, passavam a exigir uma jornada ainda mais carregada de trabalho.(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p 421)

3.2 - E o Estado, hein?

3.2.1 - *Promulgação de Leis*

“O estado era o alicerce da escravidão, mas era, também, o único que poderia derrubá-la” (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 410), e assim foi feito, mas foi feito aos poucos, a passos de tartaruga. No processo que se deu desde a criação do império até o fim da escravidão, no Brasil, surgiram diversas leis, algumas sem nenhum efeito, algumas com algum efeito até efetivamente o fim da escravidão nas terras brasileiras, portuguesas, indígenas, de ninguém.

Três foram as principais leis que deram início ao processo de alforria da população negra do Brasil. Começamos com a primeira, que se desdobra em duas promulgações separadas por 20 anos - para entender como esse processo de alforria da população cativa foi demorado. Inicialmente criada no dia 07 de novembro de 1831, a lei que impedia a entrada de escravos nos portos brasileiros teve um reforço em setembro de 1850. A primeira teve pouco efeito, já a segunda foi totalmente efetiva, apresentando quedas significativas na entrada de novos escravos no país: após sua promulgação, é visível a queda da entrada de cativos que, em 1849, era 54 mil, passou para menos de 23 mil em 1850, e 3.300 em 1851, desaparecendo praticamente a partir daí. A segunda lei é de 1870, ficou conhecida como Lei do Ventre Livre, que tornava os filhos de escravos livres a partir daquele momento (Fausto, 2006, p. 194, 195; Schwarcz e Staling, 2015, p. 410 e 411).

Ambas as leis foram de grande ajuda para pressionar a liberdade do povo escravizado, entretanto, elas tinham diversas nuances que demonstravam o pouco interesse do estado no processo de liberdade dessa população.

A demora na implementação da lei de 1831 é um exemplo disso, onde durante 20 anos não teve nenhum efeito sobre o tráfico negreiro do Atlântico, os efeitos da lei de 1850 só foram possíveis diante de pressões externas da Inglaterra “com base no Bill Aberdeen, a marinha inglesa não se limitou a apreender em alto-mar navios suspeitos de contrabandear escravos.” (FAUSTO, 2006, p. 195). O Brasil teve que ceder à pressão Britânica, pois “as possibilidades de resistência do governo imperial diante dessa grande pressão eram muito reduzidas, tanto mais que o Brasil se via ameaçado ao sul por uma invasão argentina e necessitava de proteção inglesa” (FAUSTO, 2006, p. 195).

As cláusulas sobre a Lei do Ventre Livre também são um tanto retrógradas, onde “estabelecia-se que os menores permaneceriam com as progenitoras até os oito anos, quando o senhor optava por receber indenização do Estado — no valor de 600 mil — ou por utilizar os serviços do menor até os 21 anos”(SCHWARCZ, STARLING, 2015, p 410).

A terceira lei é um capítulo à parte que deve ser focado mais adiante, pois ela não é tão ligada ao processo de alforria dos escravos, mas sim ao processo de opressão dessa população com a liberdade muito próxima de acontecer.

3.2.2 - Abolição finalmente

A liberdade tardou mas não falhou, ou será que falhou? A Questão é que nas palavras da lei o povo brasileiro via-se anunciada a alforria dos povos escravizados,

redigido de modo simples, o texto da Lei Áurea saiu curto e direto: “É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário”. O Treze de Maio redimiu 700 mil escravos que representavam, a essas alturas, um número pequeno no total da população geral, estimada em 15 milhões de pessoas. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p 424)

Apesar de ser um ato de liberdade e de grande importância para a nação brasileira, a Lei Áurea, para Schwarcz e Starling (2015, p.16), foi pouco ambiciosa no processo de inserção dos escravos numa sociedade à qual eles não faziam parte como cidadãos. Os reflexos desse ato ainda são sentidos hoje em dia pela sua população.

Último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso mas igualmente perverso. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p.17)

3.2.3 - Princesa Isabel e sua caixa de Pandora

Com a implementação da lei, a Princesa Isabel acabou se tornando o símbolo máximo da abolição, "sendo ela lembrada como 'a redentora dos negros'" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 425). A forma como a liberdade se deu, com a aura de que “a abolição foi apresentada socialmente — como um presente e não como uma conquista — levou a uma percepção equivocada de todo esse processo

marcado pelo envolvimento decisivo dos próprios escravizados na luta" (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 425).

Como Pinsky (2012, p. 111) cita, por mais que não se possa falar de um fim do escravismo por via direta da luta negra, o inconformismo desse povo materializado nos gestos, nas fugas, suicídios, assassinatos, rebeliões demonstram a importância que os escravos tiveram em sua libertação. Dessa forma, a libertação não pode ser reduzida simplesmente a um ato de brancos.

Importante ressaltar que a abolição para a população escravizada causou o rompimento do império com seu único real aliado, o ato,

representou o rompimento do último laço forte da monarquia: os cafeicultores perderam a esperança de ver seus bens "ressarcidos" e divorciaram-se, de maneira litigiosa, de seu antigo aliado. (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p 424)

**BLOCO II - COMO CONSTRUIR UMA DEMOCRACIA RACIAL
ALEGÓRICA**

Capítulo 4 - Um cortiço chamado Brasil

4.1 - Abolição não ruptura

Quando pensamos sobre o Brasil atual, é importante entender que quando os negros foram libertados “encontraram uma sociedade que não estava pronta para recebê-los, que carecia de infraestrutura e, principalmente, de um discurso de fato aberto à democracia étnica/racial, o qual, até a atualidade, não foi conquista do e é constantemente confundido com a ‘tolerância’” (BAIRON, 2011, p. 73). Sendo assim, segundo Silva (2011, p. 19), a data da abolição não significou ruptura, pois não modificou as estruturas da maioria dos africanos e seus descendentes, apenas estendeu a continuidade das condições sociais vividas no período anterior, agora com uma nova configuração que perpetuava o papel pouco valorizado dessa população na sociedade.

Para Fausto (2006, p. 69, 221), O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado aos nossos dias. Até a introdução em massa de trabalhadores europeus no Centro-Sul do Brasil, o trabalho manual foi sempre socialmente desprezado, classificado como coisa de negro. Após a inclusão da massa europeia em nossa sociedade, o trabalho manual passou por uma transformação na visão, o mesmo não podendo ser dito dos corpos negros. Com a inserção de imigrantes nas áreas mais dinâmicas da economia, o negro permanece sendo tratado como inferior, agora não mais pelo trabalho manual que exerce, mas sim pela falta de trabalho para exercer, sendo então considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime.

Uma nova dinâmica é desenhada para a nossa sociedade; os corpos negros antes escravizados e vistos anteriormente como funcionais apenas para o trabalho, nem para isso servem mais. Claro, é fácil entender essa lógica, para que uma sociedade iria pagar um salário para um objeto ao qual utilizava sem ônus financeiro no seu dia-a-dia, até ontem, Assim,

a partir das relações raciais, surgem outras categorias sociais: continuam as antigas formas de servilismo escravocrata e constroem-se novas formas de dominação, baseadas no trabalho informal, braçal e temporário. Os que se recusam a participar são considerados pela sociedade vadios, sendo criada a categoria da vadiagem como delito social e estando sujeitos à punição policial todos aqueles que não tivessem emprego fixo (SILVA, 2011, p.19)

Dessa forma, nem sua presença era aceita próximas às fazendas. “não podiam estar em lugar algum, porque cada vez que acampavam, os fazendeiros vizinhos se organizavam e convocavam forças policiais para expulsá-los”(RIBEIRO, 2015, p. 215). Mas isso só era possível porque "toda a terra estava possuída e, saindo de uma fazenda, caía fatalmente em outra" (RIBEIRO, 2015, p. 215).

Lembram-se das três leis que havíamos falado no processo de libertação dos escravos? A terceira lei é que torna esse ciclo doloroso de migração desse povo anteriormente escravizado possível.

A Lei de Terras foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes. Ela estabelecia, por exemplo, que as terras públicas deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficavam proibidos de adquirir terras, antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão-de-obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários. (FAUSTO, 2006, p.197)

A Lei foi a forma pela qual oficialmente o estado optou por uma zona rural dividida em latifúndios e não em pequenas propriedades, mantendo assim o poder rural nas mãos dos grandes proprietários de escravos daquele tempo. Basicamente, uma lei que dava mais poder a quem já tinha bastante influência em nossa sociedade.

Ribeiro (2015, p. 214; 217) coloca esse como o principal fator para a grande migração de negros para as cidades naquele período, onde constituíram inicialmente os chamados bairros africanos que posteriormente se tornaram as favelas das grandes metrópoles. Todo esse percurso faz com que a luta mais árdua do povo africano e descendentes seja a conquista de um lugar e um papel de participação legítima na sociedade, ao mesmo tempo que as atuais classes dominantes são compostas por filhos, netos e bisnetos dos antigos donos de escravos.

Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastado era substituído facilmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias

desgraças, explicadas como características da raça e não como resultado da escravidão e da opressão. (RIBEIRO, 2015, p. 215)

4.2 - Democracia Racial para nós, o resto para eles

Tanto Silva (2011, p.20, 21) como Marquese (2006, p. 113) citam alguns movimentos pseudo-científicos com base racista que naquele momento do país tinham um caráter científico. Entre 1890 e 1925, Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Gilberto Freyre. O primeiro, baseado em Gobineau, pregava que a mestiçagem era um atraso que causava instabilidades físicas e morais, sendo precursor da teoria do embranquecimento que foi posteriormente desenvolvida por Oliveira Viana, onde o branco era considerado a raça bela e valorosa, e os negros só seriam aceitos ao se tornarem brancos. Os demais tinham outra visão, argumentando que a mestiçagem tinha um caráter belo, saudável e culturalmente enriquecedor. Daí surge a teoria da democracia racial brasileira, utilizada para explicar o Brasil em diversas ocasiões. Gilberto Freyre, em conjunto com Frank Tannenbaum, levantou teses sobre a suposta escravidão benigna do Brasil durante esse período.

Apesar do discurso de democracia racial ter ecoado na sociedade brasileira ao longo do século XX, diversos indícios são contrários a essas suposições um tanto quanto não científicas desenvolvidas por nossos ilustres autores.

4.2.1 - Democracia Racial para nós, dominação populacional para eles

Conforme dito anteriormente, o processo de imigração de europeus para o Brasil não tinha sentido lógico econômico para o país. Com o fim da escravidão, já tínhamos um grande volume de trabalhadores prontos e dispostos a trabalhar por um salário. Entretanto, o processo de vinda de outros povos brancos para o Brasil ocorreu,

Já a partir de 1870, ainda durante a existência de mão de obra de escravizados, começaram a chegar as primeiras levas de imigrantes – particularmente italianos – para trabalhar como assalariados. A política oficial de branqueamento da população brasileira trazia ainda a instituição de políticas de ação afirmativa para os imigrantes, como doação ou financiamento vantajoso para a compra de terras para essas comunidades, reconhecimento das suas práticas religiosas (durante o Segundo Império, a religião católica era a oficial e seus atos litúrgicos de batismo e casamento tinham força normativa civil, o que foi estendido também às religiões evangélicas dos imigrantes alemães do Sul do país). Era nítida, portanto, a ação de inclusão social dos imigrantes em detrimento dos afrodescendentes. (OLIVEIRA, 2011, p. 30,31)

Assim, concluímos que “o branqueamento da população brasileira foi, então, um projeto político e ideológico que estava diretamente colado ao modelo de desenvolvimento capitalista de então” (OLIVEIRA, 2011, p. 32). Processo esse conduzido com uma filosofia de que

uma vez que uma nação composta por um povo incapaz e etnicamente inferior tanto não poderia ser soberana quanto não poderia funcionar se não fosse conduzida pela mão dos poucos iluminados que levariam o Brasil à redenção. (OLIVEIRA, 2011, p. 32)

4.2.2 - Democracia Racial para nós, dominação financeira para eles

Para além da busca da superioridade populacional, o estado providenciou desde o início do processo de transição da escravidão para a liberdade a impossibilidade do poder financeiro para a população preta. A lei de terras fez os donos de escravos reterem uma das maiores fontes de riqueza do país,

Até então, a terra era uma concessão da Coroa e a riqueza media-se pela posse de escravos. Com o fim do tráfico e a transformação da terra em mercadoria, é a posse desta que se transforma no indicador de prestígio e riqueza. (OLIVEIRA, 2011, p. 29)

A população negra do Brasil, após a abolição, tinha sua liberdade, mas não tinha recursos para sobreviver, sem terras e sem empregos.

continuaram atuando sobre o negro livre, como fatores de redução de sua expansão demográfica, as terríveis condições de penúria a que ficou sujeito. (RIBEIRO, 2015, p. 224)

E essa característica perdurou para as gerações futuras. Ribeiro (2015, p. 225, 228) exemplifica isso através de dados do Censo, onde em 1950, a cada mil brancos, 23 são empregadores, enquanto para os negros, a cada mil negros, quatro são empregadores. O mesmo panorama ainda estava presente nos anos 90, com a adição da vida dos pardos nesse cálculo: O rendimento anual médio dos brancos era Cr\$ 32.212, pardos Cr\$ 15.308 e Cr\$ 13.295 para os negros.

4.2.3 - Democracia Racial para nós, dominação educacional para eles

Na educação, Ribeiro (2015, p. 228) também demonstra que tínhamos um panorama muito semelhante ao do panorama financeiro. Com relação ao analfabetismo, “12% dos brancos maiores de sete anos eram analfabetos, mas os negros eram 30% e os pardos 29%.” (RIBEIRO, 2015, p. 228). Esse processo só demonstra o fracasso da sociedade brasileira em ser uma democracia racial, falando na integração do negro nas condições de cidadão.

4.2.4 - Democracia Racial para nós, dominação cultural para eles

Por último, aqui traçamos um panorama sobre a dominação cultural. Para Schwarcz e Starling (2015, p. 18), a representação do nosso país se faz pela mestiçagem que surge do nosso processo de mistura de cores e costumes, mistura essa que nasce da prática violenta, seja da invasão de terras já ocupadas, da movimentação compulsiva de populações inteiras. Essa ideia é bem diferente da harmonia pregada pela democracia racial brasileira. Isso porque, para além dos processos agressivos que o Brasil encontrou em sua formação, a cultura brasileira segue em sua formação o mesmo processo de homogeneização cultural global, onde,

Segundo Featherstone (1995, pp, 221 e 2202; 1997) a tendência nesse plano global não é a de integração e homogeneização cultural que, partindo do princípio de que as diferenças locais estão sendo suprimidas por forças universalistas, costuma expressar-se nas noções de capitalismo multinacional, americanização, imperialismo da mídia e cultural de consumo. O que há, isso sim, são intensos fluxos internacionais de dinheiro, bens pessoas, imagens e informações que têm dado origem a “terceiras culturas” transnacionais e mediadoras entre as varias culturas nacionais.[...]Por isso mesmo, quando se fala em cultura global, ela deve ser entendida em um sentido diferente da mera e aglomerada homogeneização cultural. Por essa perspectiva, uma cultura global não aponta para a homogeneização ou para uma cultura universal comum, imposta das economias centrais para os periféricos, pois as culturas procuram preservar as suas peculiaridades de modo que os fluxos transnacionais produzem híbridos glocais nos quais caracteres globais se misturam com caracteres locais. (SANTAELLA,2020, p.131,132)

“Como consequência, até 1980, o negro só aparecia na mídia em papéis subalternos ou coadjuvantes” (SILVA, 2011, p.23). A formação de uma sociedade a partir de dezenas, quem sabe centenas de sociedades, faz do Brasil quase um experimento antecipado do que viria a ser o processo de Globalização acelerado nos anos 90, impulsionado pela internet, mas principalmente pela queda do Muro de

Berlim, onde se dava um fim simbólico à bipolaridade econômica do mundo e colocava em voga um capitalismo em escala global como não tinha sido visto anteriormente.

4.3 - O Dinâmico mundo novo: tradição vs. tradição e a produção do racismo à brasileira

Para entender um pouco melhor sobre o racismo é importante entender sobre a dinâmica social de luta entre Minorias e Hegemonias, onde a minoria é definida como

uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias. É no capítulo da reinvenção das formas democráticas que se deve inscrever o conceito de minoria. (SODRÉ,2009, p.13,14)

Dentro de nossa cultura, segundo Coutinho (2009, p. 88), a percepção de tradição tem duas visões no Brasil. Para as Hegemonias, a tradição tem a concepção metafísica, onde se tem a conservação do status quo. Já as minorias entendem a cultura como uma tradição viva passível de mudanças, algo dinâmico. Assim, no Brasil, temos a construção de “tradições hegemônicas, que reafirmam a visão de mundo das camadas dominantes, e em tradições contra-hegemônicas, que reconstroem a história pela perspectiva das classes subalternas” (COUTINHO,2009, p. 95).

Assim se forma o dinâmico mundo novo; essa grande batalha entre as Hegemonias e Minorias na sociedade brasileira tem como maior produto o racismo. O processo de pensamento hegemônico no qual se baseia o racismo, conforme Almeida (2019, p. 21, 23), tem base no Iluminismo do século XVIII, que tinha o homem como objeto principal. Esse homem sai do "penso, logo existo" para um homem que é sujeito, mas também é objeto do conhecimento. Surge desse pensamento a distinção filosófico-antropológica do civilizado e selvagem, que depois seria substituída pela oposição entre o civilizado e o primitivo. Dessa forma, o colonialismo foi todo pautado nessa teoria, onde as metrópoles eram a civilização e as colônias, o primitivo, argumento pelo qual subjugaram os diversos povos invadidos por eles.

A partir disso, passamos a entender efetivamente o que é o racismo, para Almeida:

o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 26)

Almeida (2019, p. 28, 32) também divide o racismo em três concepções: individualista - relação de racismo e subjetividade, institucional - relação de racismo e Estado, e estrutural - relação entre racismo e a economia. Para este momento, o que importa para nós é o racismo institucional, onde

a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2019, p. 32)

Num âmbito mais amplo no racismo institucional,

o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. (ALMEIDA, 2019, p. 33)

Em ambas as descrições de Silvio de Almeida, conseguimos traçar paralelos com o que mostramos da história do Brasil, não somente da história do Brasil, mas de toda a história do colonialismo europeu iniciado no século XVI e que perdurou nos séculos posteriores, transformando-se sem perder a estrutura de domínio de hegemonia contra minoria.

Para Ribeiro (2015, p. 230), o preconceito racial no Brasil funciona de maneira diferente do anglo-saxônico. Enquanto o preconceito de raça padrão busca uma divisão total entre as raças, seja qual for a proporção de “negritude” no sangue da pessoa, e isso se dá de forma violenta pela hostilidade para qualquer forma de convívio. No Brasil, o processo de miscigenação da população faz com que, em vez de dividir as cores, tenhamos um processo de branqueamento da população. Assim como desenvolvida nas correntes de pensamento de Sílvia Romero anteriormente explicadas.

“Acresce, ainda, que, conforme assinalamos repetidamente, mais do que preconceitos de raça ou de cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe” (RIBEIRO, 2015, p. 230). Mas aqui acrescenta-se que

“pessoas negras, por fatores históricos, têm menos acesso à educação e, por isso, estão alocadas em trabalhos menos qualificados, os quais, conseqüentemente, são mal remunerados; pessoas negras estão sob o domínio de uma supremacia branca politicamente construída e que está presente em todos os espaços de poder e de prestígio social. (ALMEIDA, 2019, p. 49)

Portanto, até mesmo o preconceito de classe brasileira tem cor, estipulada e estruturada por todo o desenvolvimento histórico que se deu no país com o processo de alforria e abandono institucional do Estado para com os povos negros..

“Entretanto, para as visões que consideram o racismo um fenômeno institucional e/ ou estrutural, mais do que a consciência, o racismo como ideologia molda o inconsciente. (ALMEIDA, 2019, p. 52). É assim que o racismo, mesmo depois do processo de fim da escravização, perpetua-se como a única certeza social, assim como era a escravidão no Brasil colonial e do Império frente aos ciclos econômicos.

“Desse modo, a vida ‘normal’, os afetos e as ‘verdades’ são, inexoravelmente, perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir” (ALMEIDA, 2019, p. 52). O inconsciente social reflete o racismo criado desde o primeiro momento de vida do país. “O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2019, p. 53). E o racismo perpassa por todas as instituições da nossa sociedade, até mesmo na escola, que

reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes. (ALMEIDA, 2019, p. 53)

Dessa forma, “uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua

consciência e de seus afetos” (ALMEIDA, 2019, p. 55). E sua liberdade vem somente com “a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo que o circunda para além do imaginário racista. (ALMEIDA, 2019, p. 55)

Para finalizar, é importante ressaltar que “em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (ALMEIDA, 2019, p. 46).

Capítulo 5 - Um comunicação transmitindo Vidas Secas

5.1 - A cultura e a Publicidade da sociedade capitalista

Se “em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (ALMEIDA, 2019, p. 46), a publicidade também deve ser analisada através desse prisma, com o foco de reduzir essa mazela em nossa sociedade.

Mas o que a publicidade tem a ver com tudo isso? Qual o papel dela nesse panorama? Onde e como ela pode ajudar nessa causa? Qual o papel do publicitário, professor de publicidade e aluno de publicidade nessa grande e importante narrativa nacional? E de certa forma uma narrativa global.

Bem, para responder a essas e outras diversas perguntas, temos que entender o que é a publicidade, não em termos super complexos, mas sim o básico para o nosso contexto, e a visão básica da publicidade está expressa na definição do objetivo de um anúncio.

No anúncio procura-se “atrair, prender, absorver” a atenção do leitor de jornal, de modo todo especial: com objetivos práticos e imediatos, através de palavras capazes de conquistar o leitor para o anunciante ou para o objeto anunciado, à revelia de compreensão do assunto ou de reflexão sobre o mesmo objeto da parte do leitor sugestionado. Objeto que tanto pode ser um tipo de calçado como um tipo de vinho; um cavalo ou uma casa. (FREYRE, 2012, p. 48)

A visão de Freyre, embora antiga, resume bem o cerne da publicidade e seus objetivos iniciais. No entanto, considerando as mudanças ocorridas no mundo desde a morte de Gilberto Freyre, a publicidade também passou por transformações. Para ampliar esse espectro do que é a publicidade, podemos recorrer à visão de Pompeu e Perez (2020, p. 3), que aproximam a comunicação com a antropologia, destacando que, além do consumo de sentido, ela também produz sentido.

Nesse contexto de consumo e produção de sentidos, é crucial não deixar de lado o verdadeiro objetivo da publicidade: o lucro. "Ao fingimos que acreditamos que o propósito de uma empresa é outro, que não alcançar o lucro, simplesmente impedimos a crítica ao seu modelo ou os questionamentos mais objetivos sobre suas práticas"(POMPEU, PEREZ, 2020, p.14).

Se a publicidade em suma serve para maximizar os lucros através da sua comunicação a parte antropológica dela que nos faz refletir e perceber que

O lugar da publicidade na sociedade vai muito além desse contexto comercial. [...] A publicidade ultrapassou a fronteira da venda de bens de serviços e tem se envolvido com o ensino de valores sociais e pessoais; ela está também adentrando rapidamente o mundo da política. A publicidade também é, em um certo sentido, a arte oficial da sociedade capitalista moderna (WILLIAMS, 2011, p. 251). (POMPEU, PEREZ, 2020, p.10)

Ao termos essa percepção sobre a publicidade, é importante ampliarmos mais a nossa visão para além dela e entendermos como ela está inserida em nossa cultura. Cultura essa frenética, forjada pelo capitalismo e sua lógica de embate entre hegemonia e minoria, herdada dos tempos do colonialismo.

Se "até meados do século XIX, dois tipos de cultura se delineavam nas sociedades ocidentais: de um lado, a cultura erudita das elites, de outro lado, a cultura popular, produzida no seio das classes dominadas" (SANTAELLA, 2019, p.52), posteriormente, para Santaella (2019, p. 52), temos uma grande mudança. O advento e difusão dos jornais, fotografia, cinema, posteriormente com uma maior onipresença do rádio, da televisão - incluímos aqui no futuro a internet - bagunçaram de vez a antiga lógica de cultura erudita e popular, cada uma pro seu lado. Dessa forma, dissolvendo polaridades, tornando assim as culturas um grande tecido híbrido e volátil.

Com o agigantamento crescente dos meios de comunicação de massa, no século XX, foram também crescendo as dificuldades para se estabelecer distinções claras entre o popular, o erudito e o massivo. Essas dificuldades atingiram seu clímax a partir dos anos 80, com o surgimento de novas formas de consumo cultural propiciadas pelas tecnologias do disponível e do descartável: as fotocopiadoras, videocassetes, videoclips, videogames, o controle remoto, seguido pela indústria dos CDs e a TV a cabo, ou seja tecnologias para demandas simbólicas heterogêneas, fugazes mais personalizadas. (SANTAELLA, 2019, p.52)

Mas aí surgem indagações sobre a cultura e indagações muito importantes diga-se de passagem.

"A indagação sobre a produção cultural deve vir necessariamente acompanhada das seguintes questões: onde e quando a cultura é produzida? Por quem ela é produzida? Como é produzida? Para quem ela se destina?"

A primeira questão, "onde e quando", refere-se aos pontos de vista geográficos, regionais, étnicos e ao ponto de vista histórico. A segunda questão, "por quem", aplica-se ao ponto de vista dos agentes produtores e

de seus coadjuvantes, ou seja, as forças econômicas que apoiam os agentes e tornam a produção possível. Há pressões de poder, imposições políticas ou ideológicas daqueles que apóiam sobre os que produzem? Em que medida essas pressões são auto-impostas pelos próprios agentes? A terceira questão, "como", tem por referência os meios que são empregados para a produção dos bens simbólicos, meios artesanais, industriais, eletrônicos ou telemáticos. A quarta questão, "para quem", refere-se ao receptor, coincidindo esta quarta questão com o quarto nível da produção cultural, o de seu consumo. Hoje, todas essas referências tendem a se misturar numa trama muito complexa e, à primeira vista, indiscernível. (SANTAELLA, 2019, p.55)

Essas perguntas sobre a produção cultural são muito importantes e ganham mais importância quando olhamos do ponto de vista da publicidade, que tem uma comunicação totalmente pautada para essas questões. A publicidade pode até não ser uma produção cultural em seu âmago, mas ela se traveste de cultura a tal ponto que, na sociedade de consumo em que vivemos há muito tempo, ela passa a ter o mesmo papel de uma produção cultural.

E é aí que o impacto antropológico da publicidade se torna muito perigoso, porque é importante lembrar que, no final do caminho, o papel da publicidade é gerar lucro às empresas por meio da comunicação, e dentro desse espectro, ela não soma esforços para tal.

Para Willian (2019, p. 61), a sociedade de consumo pega alguns elementos culturais para fazer seus produtos, e para isso utiliza-se de determinadas estratégias para tornar esse produto palatável a seus públicos. Por exemplo, isso acontece com a cultura afro-brasileira, onde se apagam os traços negros, a origem, tudo que é passível de rejeição para o seu público - público esse que é reflexo de todo o histórico cultural racista que mostramos anteriormente, portanto, uma população racista - um exemplo claro são as invenções do bolinho de Jesus - uma cópia católica do Acarajé - ou até mesmo a ideia de que orixá é energia, portanto, não tem cor.

Ocorre que nesse sistema capitalista, a resposta à pergunta: por quem é produzida? E é respondida em sua grande maioria pelos mesmos grupos hegemônicos que são filhos e netos e bisnetos daqueles que escravizaram os negros. A grande questão é que isso é um mercado lucrativo, essa apropriação passa a ser um diferencial, um diferencial bem lucrativo.

Reduzir a identidade de um grupo a um simples acessório é um dos problemas mais graves da apropriação. Além disso, muitas vezes esses componentes culturais são comercializados com uma considerável margem

de lucro, porém nenhum recurso é repassado aos povos que os criaram. (WILLIAN, 2019, p. 64)

Ao falarmos da publicidade na sociedade na qual estamos inseridos temos que levar em consideração a seguinte afirmação

Não se pode estar falando de algo que tem natureza comunicacional desvinculando-se do entorno, da esfera social em que se dá o processo da comunicação. Da mesma forma que não é possível falar de consumo, perdendo de vista que vivemos em uma sociedade atravessada, pautada e moldada pela sua lógica capitalista. (POMPEU, PEREZ, 2020, p. 2)

A sociedade capitalista em seu auge do desenvolvimento é aquela em que “os valores democráticos passaram a ser tratados como mercadorias, portanto, como objetos negociáveis ou obstáculos que podem ser facilmente afastados em nome dos interesses repressivos do Estado” (CASARA, 2018, p. 15). Pior que isso, o interesse do que for mais lucrativo. Para além das hegemonias que controlam a sociedade - portanto, detentores do dinheiro - temos um problema com a própria sociedade como um todo.

Estudiosos contemporâneos do consumo, há praticamente duas décadas, já percebiam a prevalência da condição de consumidor sobre todas as outras condições humanas – inclusive a de cidadão. O conceito “turbo consumidor” de Lipovetsky e Serroy (2011) talvez seja o mais representativo desta centralidade. (POMPEU, PEREZ, 2020, p. 5,6)

Reflexo direto de como Oliveira (2011, p.26) cita um mundo conectado por grandes corporações midiáticas e pela presença da indústria da mídia onde passa a ser importantíssimo discutir essas imagens transmitidas aos cidadãos, imagem essa que de forma geral repassa ou a visão da hegemonia, ou se apropria de elementos de outras culturas inviabilizando os produtores originais, esvaziando culturas mensagens, transmitidos vidas secas através de sua comunicação.

BLOCO III - A FÓRMULA MÁGICA DA PAZ

Capítulo 6 - A primavera florescendo entre os canhões, onde Icarus desata os nós da escravidão por nós

6.1 - Publicidade de Causa

Assim como nem tudo é um mar de rosas, nem tudo é um mar de sangue. A publicidade vem buscando caminhos para refletir melhor uma sociedade um pouco mais consciente dos seus defeitos históricos que se perpetuaram através de séculos pela dinâmica de Hegemonia vs Minorias.

Claro que essa mudança dentro do mundo publicitário não se dá por uma onda de consciência desses detentores de poder. Na verdade, o que ocorre é que, com a busca máxima pelo lucro, o mesmo processo pelo qual a Inglaterra lutou pelas liberdades de povos escravizados no fim do Império Brasileiro é o mesmo. Se a pressão que causou a lei que proibia o tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil em 1850 foi porque a Inglaterra via naquela população escrava uma ampliação do seu mercado consumidor, o capitalismo atual também vê esse mesmo potencial hoje nas minorias, isso porque “grupos até então invisíveis socialmente alcançaram a visibilidade e o respeito através do consumo”.(POMPEU, PEREZ, 2020, p.6).

Entretanto, para se atrair esse público hoje em dia - sem o advento de "dar" a liberdade possível no tempo da escravidão - é preciso perceber esse público-alvo como ele realmente é, sem tirar nem pôr. Dessa forma, a estratégia de simples apropriação da cultura alheia para o lucro se torna menos possível - não que tenha deixado de existir, mas o público está mais atento a esse fator.

Assim, “o que se observa, nos últimos anos, é uma tentativa de incorporação de valores sociopolíticos na construção de marcas de bens tangíveis ou simbólicos a jovens consumidores” (POMPEU, PEREZ, 2020, p.12). Entretanto, “todas as causas que nela se viram talvez não tenham passado de mero panfleto, de mera vitrine, de mero artefato para o consumo”(POMPEU, PEREZ, 2020, p.13). Isso ocorre porque, no fundo, “marcas existem para mostrar às pessoas que produtos iguais podem ser diferentes. Causas existem para que pessoas diferentes possam se reconhecer iguais” (POMPEU, PEREZ, 2020, p.16)

Existindo assim quase uma desconexão filosófica entre os temas, pois se as causas ocorrem no âmbito coletivo, uma vez que são a tradução de um sentimento

de injustiça de um grupo com a sociedade, e que em sua grande maioria são sentimentos contra-hegemônicos. Enquanto isso, no outro lado do prisma, temos tanto os produtos quanto o capitalismo na busca pela individualização. Dessa forma,

a chamada publicidade de causa, como geralmente tem se apresentado, não tem demonstrado efetivas contribuições para a solução dos problemas que a suscitam. Ao contrário: ao fusionar a lógica do consumo com a lógica social, acaba confundindo, na medida em que sugere um caminho de solução mediado pela marca. (POMPEU, PEREZ, 2020, p.17)

Essa grande confusão, para além de não resolver os problemas que suscitam, coloca as empresas no papel de aproveitadoras das causas. A partir desse ponto, acabam por não se conectar verdadeiramente com esse público-alvo e, assim, não conseguem lucrar com o discurso.

6.2 - Publicidade Pós-Causa

Devido a esse descompasso filosófico, outras soluções precisam ser tomadas. Essa solução deve prover o objetivo dos dois lados, tanto a contemplação das causas em sua completude quanto ajudar a empresa a vender mais.

Assim surge a publicidade pós-causa. "Se a publicidade de causa é aquela que traz as causas em seu conteúdo, a publicidade pós-causa é esta que reconhece que as causas defendidas pela publicidade devem estar na sua linguagem" (POMPEU, 2022, p. 15).

É esta que projeta – e assim constrói – pela força da sua dimensão mediadora um mundo, uma sociedade e um sujeito mais próximos do desejado. É esta que, sem deixar de ser publicidade – ou seja, jamais abrindo mão dos seus fins mercadológicos ligados ao lucro –, o faz tendo a consciência do poder que possui na (re)construção de imaginários, na (re)definição de padrões, na (re)valorização de princípios éticos, justos, responsáveis, solidários e respeitosos. (POMPEU, 2022, p. 15,16)

Para Pompeu (2022, p. 17), a publicidade pós-causa é onde a publicidade se entende como agente transformador da realidade, com poderes e responsabilidades. Dando assim ao publicitário um papel para além de ser criativo na hora de vender um produto, dá a ele a responsabilidade de transformar a sociedade, poder esse que já estava a sua mão, mas não tinha consciência disso, ou pior, tinha essa consciência e optava pelo caminho de reproduzir a estrutura hegemônica. Cabe assim tanto à publicidade como campo do conhecimento e profissional a responsabilidade de transformar e defender verdadeiramente essas causas.

O que significa defender, dentro da nossa atuação profissional cotidiana, os princípios maiores de que não se deve abrir mão. Fazer publicidade, portanto contribuir para a manutenção deste modelo de sociedade baseado no consumo e no capitalismo, não pode significar negligenciar ao que pode haver de mais importante na vida, na vida em sociedade e na própria noção do que é o ser humano. Não pode significar a flexibilização ou a relativização da centralidade e da importância que tem e que deve ter a razoabilidade. (POMPEU, 2022, p.17)

6.3 - Além do pós-causa

Entretanto, para se produzir uma publicidade pós-causa, é preciso ter uma real ciência dessas causas. A partir desse ponto, é importante ter o entendimento de que

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2019, p. 38)

Dessa forma, temos um dilema: se a sociedade é racista, primeiro devemos transformar a sociedade para, assim, transformar as instituições? E a resposta é não. No caso de instituições formadoras de pensamento crítico, como a escola, meios de comunicação, meios de produção cultural e, inclusive, a publicidade, devido ao seu impacto social e influência na atualidade, devem agir de imediato pela transformação da sociedade através do que essas instituições produzem. É inegociável que se transformem em entidades antirracistas, pois

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. (ALMEIDA, 2019, p. 39)

Entretanto, entramos em outra indagação que é: se a sociedade é racista e reproduz esse padrão hegemônico, que por sua vez acaba reproduzindo o racismo, como subverter esse processo de produção e reprodução do racismo? E a resposta está na indagação que Santaella faz sobre a produção cultural.

A indagação sobre a produção cultural deve vir necessariamente acompanhada das seguintes questões: onde e quando a cultura é produzida? Por quem ela é produzida? Como é produzida? Para quem ela se destina? (SANTAELLA, 2019, p. 55)

Mais exatamente sobre a pergunta do "Por quem ela é produzida?" Santaella (2019, p.55) sugere que essa pergunta está sob o prisma dos agentes produtores e seus coadjuvantes, no caso, forças econômicas que os apoiam, pressões e imposições políticas ou ideológicas, sejam externas ou internas. Dentro desse

panorama, o agente da produção cultural ou da publicidade deve subverter a estrutura de Hegemonia vs Minoria.

Ao trazer a população minorizada para o papel de agente protagonista dessa ação, subverte-se também os coadjuvantes que influenciam suas ações. Essa é uma mudança ideológica tanto interna quanto externa, favorecendo o processo de representação sobre os públicos minoritarizados.

A falta dessa representação nesse nível de agente produtor cultural causa aberrações inomináveis dentro de agências publicitárias, como a campanha "Magia Amarela" da Bauducco, produzida pela Agência Galeria. Nessa campanha, vemos um quadro de agentes tomadores de decisões composto por cinquenta tons de brancos, o que representa uma clara perpetuação do mesmo Brasil pós-abolição, reafirmando ano após ano o pacto da branquitude assinado desde o descobrimento do Brasil.

Figura 14: Foto de anúncio da Galeria como nova agência da Bauducco



Disponível em:

<https://revistalivemarketing.com.br/galeria-ag-e-a-nova-agencia-da-bauducco/>

A campanha buscava lançar um single, "Magia Amarela", de Juliette e Duda Beat, destacando a nova cor das embalagens de Bauducco. O grande problema

estava na fonte de inspiração, ou melhor, cópia, para o trabalho. Eles se basearam no álbum "AmarElo" de Emicida, um marco para a cultura negra brasileira. Aqui, não usamos o termo "cultura brasileira" para não apagar a importância que "AmarElo" tem para a cultura negra brasileira.

Figura 15: Tweet de Andressa Delgado mostrando a semelhança entre os trabalhos



Disponível em: <https://twitter.com/andrezadelgado/status/1714493328702455912>

Lembram-se das palavras de Willian?

Reduzir a identidade de um grupo a um simples acessório é um dos problemas mais graves da apropriação. Além disso, muitas vezes esses componentes culturais são comercializados com uma considerável margem de lucro, porém nenhum recurso é repassado aos povos que os criaram. (WILLIAN, 2019, p. 64)

Esse é o resultado que essa falta de representatividade pode causar, esse retrocesso e a perpetuação desse processo de invisibilização de povos inteiros.

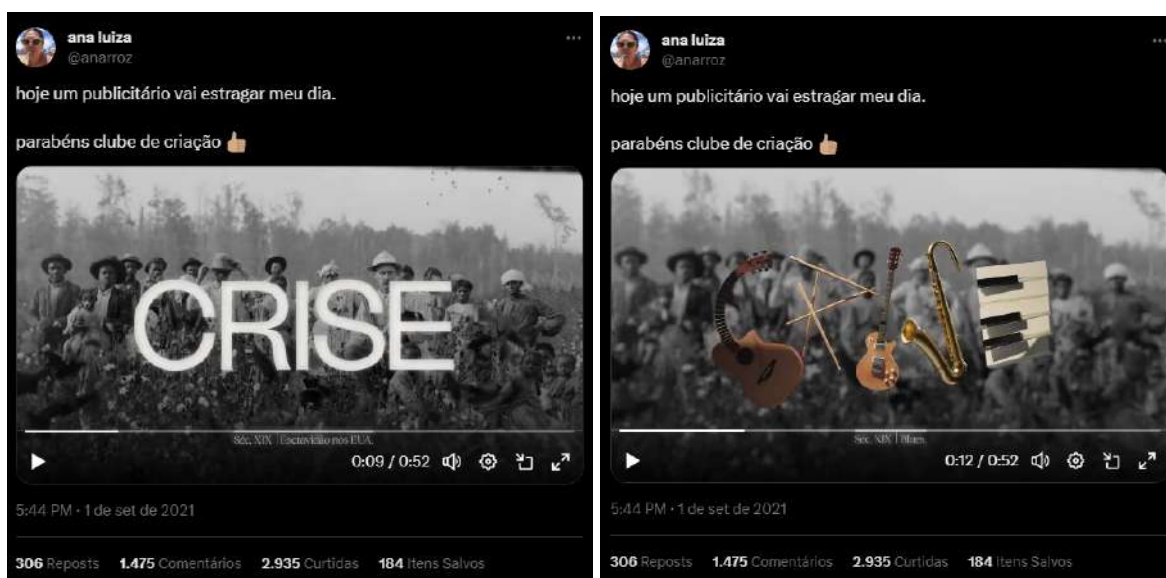
Na contramão desse processo, temos o sucesso de empreendimentos que vão no caminho oposto, trazendo a diversidade nos níveis de liderança, de forma coletiva. Como exemplos, temos a agência GANA, uma agência formada 100% por funcionários negros, que criou o Podcast "Mano a Mano" em conjunto com a Boogie Naípe. Como seria possível uma agência sem pessoas que consomem o Racionais

ter a percepção de que o Mano Brown poderia ser um entrevistador falando sobre assuntos super importantes e muitas vezes invisibilizados?

Djonga tem um verso em "Ó quem chega" onde ele fala: "Mas é aquilo, só moleque que cresce me ouvindo é que vai me superar." Assim como quem só vai superar o Djonga, quem o ouve, só quem ouve os Racionais vai ter a real percepção da profundidade que aqueles homens negros têm para falar. E aqui, ouvir não é somente com a audição; é ouvir com o corpo e alma, ter a percepção completa do que ele está falando naquelas letras. Não à toa, "Mano a Mano" foi o 3º podcast mais ouvido do Brasil no ano de seu lançamento, garantindo continuação, devido à sua relevância nos resultados e no impacto social que ele pode causar.

Outro ótimo exemplo é da Chapa Preta eleita para comandar o clube de criação em 2022. A Chapa Preta surge após o polêmico vídeo do Festival do Clube de criação de 2021, em plena crise da Covid-19, onde se fazia paralelos entre crises e grandes movimentos aos olhos deles "criativos". No caso, devido à sorte de termos tido a escravidão nos Estados Unidos, tivemos a criação do Blues. Logo após ser lançado, o filme foi retirado do ar e foi feita uma nota de mea culpa. Na gestão da Chapa Preta, o clube de criação fez o maior festival de criação do clube da história e deu visibilidade para a primeira Diretora Criativa de uma grande agência, Zil Ribas, - até aquele momento se pensava que Joana Mendes tinha sido a primeira - homenageada com a entrada para o Hall da Fama do clube de criação. Para além, claro, de toda a representatividade que foi ter uma chapa composta somente por pessoas pretas, e com presidente e vice-presidente negras LGBTQIAP+.

Figuras 16 e 17: Frames do vídeo do clube de criação



Disponível em: <https://twitter.com/anarroz/status/1433168790523625476>

Além disso, temos o exemplo da Mooc indicada na categoria Serviços de Marketing no Prêmio Caboré, além de ser reconhecida pela edição Afrofuturo da Forbes Brasil e na GQ Brasil, como um dos 10 empreendimentos que melhor utilizam a tecnologia e a responsabilidade com o planeta como ferramenta nos negócios.

Além deste, temos outros exemplos infelizmente possíveis de contar nos dedos da mão. Isso porque essa visão contra-hegemônica de minorias se tornando agentes da produção na publicidade ainda é muito embrionário no mercado, mas já apresenta ótimos resultados, conforme mostrado acima.

Sendo assim é importante reforçar que

É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem: a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo— por exemplo, na publicidade; b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição; c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais; d) promover o acolhimento é possível composição de conflitos raciais e de gênero. (ALMEIDA, 2019, p. 39)

Entretanto, é importante, assim como Almeida (2019, p.40) cita, o racismo não se limita à representatividade, a mera presença de pessoas negras ou qualquer

outra minoria em espaço de poder e decisão não faz a instituição deixe de atuar de forma racista.

Portanto, para além de uma ação coletiva tem que ser uma ação efetivamente aplicada, todos os exemplos ressaltados fazem esse processo, acima disso subvertem a estrutura hegemônica do país, se tornando exemplo, refletindo as mudanças do país e acima disso influenciando as próximas gerações.

Capítulo 7 - Considerações finais ou só o início de algo maior

7.1 - Além da publicidade, a crítica é ao sistema

Desde o nascimento do Brasil, temos a estrutura de luta entre hegemonias e minorias, iniciada numa esfera transatlântica, quase uma visão do que seria o mundo globalizado no futuro. Isso teve início com o desejo de Portugal por grandeza e lembrança na história, que, aqui, podemos simplesmente traduzir por lucros econômicos. Não à toa, o pontapé inicial da configuração do capitalismo tinha que ter em seu cerne a mesma motivação.

Dessa forma, o Brasil, ao passar pelo processo de desenvolvimento, primeiro no ciclo do pau-brasil, com o tratado com alguns indígenas, e nos ciclos posteriores que viriam através da escravidão desses mesmos povos e dos povos africanos, vê assim o desenho de sociedade infelizmente haveria de ser perpetuado através dos séculos e perdura até hoje. Seja no Brasil colônia, no Brasil vice-reinado, no Brasil império e atualmente na República, a estrutura de hegemonia vs minorias ainda é a mesma, com o mesmo protagonista na posição de hegemonia.

Isso nos leva a refletir se o problema está na forma de governos que nos rege. Percebemos que o problema não era o imperialismo, ou até mesmo a república, mas sim o que rege esses sistemas de governo, no fim de tudo, a sede por lucro.

Se, para Pompeu e Perez (2020, p.15), não se trata de fazer uma crítica ao modelo geral do capitalismo, mas sim uma busca pelo aperfeiçoamento dele pelos seus gestores, regulado pelo estado e controlado por uma população lúcida e consciente, sentimos muito em informar que o capitalismo é gerido pelo lucro, portanto não tem escrúpulos. O estado, que poderia regulá-lo, vê que “os valores democráticos passaram a ser tratados como mercadorias, portanto, como objetos negociáveis ou obstáculos que podem ser facilmente afastados em nome dos interesses repressivos do Estado” (CASARA, 2018, p. 15), e a população, ao invés de lúcida e consciente, é um subproduto desse sistema hegemônico, no caso do Brasil, tem em suas veias o racismo travestido de democracia racial.

Mas isso não impede de vermos mudanças nessa estrutura em prol de uma melhora, assim como Pompeu e Perez indagam. Willian (2019, p. 65, 66) cita que para reduzirmos a desigualdade social esses deveriam ser os grandes desafios de

qualquer ordenação política e econômica, visto que o abismo que separa negros e brancos, por exemplo, em nossa sociedade tem reflexo na instância jurídica, acadêmica, cultural, religiosa, educacional, basicamente permeando nossa sociedade.

Visto que “no capitalismo, as relações de consumo afetam a constituição de identidades” (FERNANDES, 2021, p. 24), há, portanto, que se pensar a publicidade exatamente a partir dessas relações. Faz-se urgente uma revisão epistemológica da publicidade, que redefina suas bases e sua função na sociedade” (POMPEU, PEREZ, 2020, p.16). Assim, a publicidade tem que estar na vanguarda desse processo de busca por uma maior igualdade.

E não somente na forma de representação, mas também em sua estrutura de produção e tomada de decisão, a quebra desse ciclo de hegemonia vs minorias só se dá através da subversão da estrutura de poder que cada um deles tem no momento de decisão na produção cultural, publicitária ou acadêmica.

Isso impede de termos aliados brancos fazendo esse papel? Não, mas assim como mostramos durante todo o trabalho, é algo não tão eficaz, visto que o entendimento das mazelas da memória é algo invisibilizado desde a formação inicial do nosso país, portanto não existe uma real consciência global sobre as dores das minorias. Importante ressaltar que essa mudança da configuração hegemonia vs minoria pode criar uma nova configuração de hegemonia, mas se isso ocorrer fica claro que a proposição de Pompeu e Perez sobre não criticar o sistema capitalista como um todo está errada, então, teríamos que fazer uma crítica mais profunda ao sistema.

Entretanto, ainda é preciso ter em grande escala o processo de uma produção publicitária, cultural, até mesmo uma sociedade mais contra-hegemônica. No país da democracia racial, ainda estamos muito longe desse processo, mas estamos no caminho. A questão é se as hegemonias deixarão isso acontecer.

Referências

ADMIN_AG. GALERIA.ag é a nova agência da Bauducco. Disponível em: <<https://revistalivemarketing.com.br/galeria-ag-e-a-nova-agencia-da-bauducco/>>.

Acesso em: 24 nov. 2023.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural (Feminismos Plurais) (Portuguese Edition). Editora Jandaíra, 2019. Kindle edition

BAIRON, Sérgio. A persistência do grande Outro cromático-racista na publicidade brasileira. In:

BATISTA, Leandro Leonardo; LEITE, Francisco. O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes, 2011. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/392 . Acesso em 4 novembro. 2023.

BARBALHO, Alexandre. Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2009.

Bauducco e Galeria cancelam campanha após acusações de plágio. Disponível em: <<https://propmark.com.br/bauducco-e-galeria-cancelam-campanha-apos-acusacoes-de-plagio/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

COUTINHO, Granja, E. Os sentidos de Tradição. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2009.

EHRLICH, M. A polêmica do dia: o comercial cancelado do Clube de Criação. Disponível em: <<https://janela.com.br/2021/09/02/a-polemica-do-dia-o-comercial-cancelado-do-club-e-de-criacao/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

Eleição. Disponível em: <<https://www.clubedecriacao.com.br/ultimas/eleicao/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2006

FREYRE, Gilberto. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. São Paulo: Global 2012.

HALL, Stuart. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. Novos Estudos, n. 74, p. 107-123, 2006 Tradução. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MOOC. Disponível em: <<https://www.wearemooc.com/>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

MORENO, Fernandes, P. (2022). Racismo e invisibilização: Representatividade negra em anúncios de revista. E-Compós, 25. <https://doi.org/10.30962/ec.2384>

OLIVEIRA, Dennis. Etnomídia: a construção de uma paisagem étnica na linguagem midiática. In: BATISTA, Leandro Leonardo; LEITE, Francisco. O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes, 2011. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/392 . Acesso em 4 novembro. 2023.

PEREZ, Clotilde. Condições antropológicas do negro na publicidade contemporânea. In: BATISTA, Leandro Leonardo; LEITE, Francisco. O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes, 2011. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/392 . Acesso em 4 novembro. 2023.

PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2012

POMPEU, Bruno & PEREZ, Clotilde. (2020). As contribuições da publicidade de causa na construção de um novo lugar para o consumo. *Mídia E Cotidiano*, 14(3), 262-282. <https://doi.org/10.22409/rmc.v14i3.42397>

POMPEU, Bruno & PEREZ, Clotilde. Quando a Presença está longe da equidade: O negro na publicidade brasileira, ainda um estereótipo. In: LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo. *Publicidade antirracista: reflexões, caminhos e desafios*. . Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes, 2019. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/431 . Acesso em 4 novembro. 2023.

POMPEU, Bruno. (2021). Publicidade pós-causa: o poder da linguagem publicitária. *Rizoma*, 9(2). <https://doi.org/10.17058/rzm.v10i1.17036>

PRYSTHON, Ângela. Negociações na periferia: Mídia e Jovens no Recife. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil* (Portuguese Edition). Global Editora, 2015. Kindle edition.

SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2019.

SANTAELLA, Lúcia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

SILVA, Dilma. A imagem do negro no espaço publicitário. In: BATISTA, Leandro Leonardo; LEITE, Francisco. *O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo*. Universidade de São Paulo. Escola de

Comunicações e Artes, 2011. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/392 . Acesso em 4 novembro. 2023.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2009.

WILLIAN, Rodney. Apropriação Cultural. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

Zapping - Cristina Padiglione: Mano a Mano é Top 3 no Spotify e garante continuação em 2023. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/colunistas/cristina-padiglione/2022/12/mano-brown-fecha-o-ano-como-3o-podcast-mais-ouvido-no-spotify.shtml>>. Acesso em: 24 nov. 2023.